

ESCOLA DE COMUNICAÇÃO, ARTES E DESIGN
CURSO DE JORNALISMO

JULIANE GABRIELA MERGENER

**MATERNIDADE LÉSBICA: UMA ANÁLISE COMPARATIVA DAS ABORDAGENS NAS
MÍDIAS ALTERNATIVA E TRADICIONAL**

Porto Alegre
2019

GRADUAÇÃO



Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul

JULIANE GABRIELA MERGENER

**MATERNIDADE LÉSBICA:
UMA ANÁLISE COMPARATIVA DAS ABORDAGENS NAS MÍDIAS
ALTERNATIVA E TRADICIONAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Jornalismo da Escola de Comunicação, Artes e Design da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) como requisito à obtenção do título de Bacharel em Jornalismo.

Orientadora: Profa. Dra. Helena Stigger

Porto Alegre

2019

JULIANE GABRIELA MERGENER

**MATERNIDADE LÉSBICA:
UMA ANÁLISE COMPARATIVA DAS ABORDAGENS NAS MÍDIAS
ALTERNATIVA E TRADICIONAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Jornalismo da Escola de Comunicação, Artes e Design da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) como requisito à obtenção do título de Bacharel em Jornalismo.

Orientadora: Profa. Dra. Helena Stigger

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Helena Stigger
Orientadora

Profa. Dra. Camila Garcia Kieling
Examinadora

Profa. Dra. Juliana Tonin
Examinadora

AGRADECIMENTOS

Tenho muito o que agradecer nesse momento, mas temo não me lembrar de todos que merecem estar aqui.

Agradeço aos meus pais, por todo o apoio e incentivo. Por terem permitido que eu alçasse meus voos e tentasse encontrar meu próprio caminho. Obrigada por terem investido na minha educação durante todos esses anos e por nunca terem me deixado desamparada.

Aos meus amigos, por nunca terem desistido de mim, até mesmo quando eu desisti.

Um agradecimento especial à República Feminista Tundra Siberiana, mais do que minha casa em Porto Alegre: meu porto seguro. Um ambiente de pessoas livres, de debates abertos, de crescimento conjunto. Sou o que sou porque nesse lugar convivi com mulheres incríveis. Andressa Barboza, Fernanda Schneider Göttert, Luciele Oliveira, Solana Irene Loch Zandonai e Tássia de Fátima Barbosa da Costa: obrigada por terem dividido suas trajetórias comigo.

Aos colegas e amigos da Van Total Flex pela garantia de bom humor na reta final da monografia.

À sala 220 da biblioteca e às playlists de Senhor dos Anéis e Harry Potter.

À minha orientadora, pela infinita paciência.

Aos mestres e às mestras que tanto contribuíram para a minha formação acadêmica.

À Capitu, por todo o amor incondicional e todos os passeios não dados nos últimos meses.

Às mulheres, que tanto lutaram e seguem lutando para que tenhamos uma sociedade verdadeiramente igualitária e livre de machismo e misoginia. Vocês são a minha grande inspiração.

O meu corpo é poeira

Minha voz é trovão.

Fresno

RESUMO

Este trabalho tem o objetivo de analisar reportagens sobre maternidade lésbica na mídia alternativa e tradicional para compreender se há diferença em suas abordagens. Os objetos de estudo escolhidos foram a Revista AzMina e os jornais El País e Estadão. Para compreender como se existe contraste entre as reportagens analisadas, é utilizada a metodologia da análise de discurso (ORLANDI, 2001; CHARAUDEAU, 2008), com o apoio de trechos das matérias selecionadas. O referencial teórico desta monografia inclui, entre outras, obras de Toscano e Goldenberg (1992), Alves e Pitanguy (1991) e Telles (1999), que ajudam a compreender o contexto histórico e o surgimento do feminismo no mundo e no Brasil; Falquet (2006), Sarmet (2018) e hooks (2018), que abordam o feminismo lésbico e a importância da visibilidade dessas mulheres; Buitoni (1990, 2009), Cardoso (2004) e Berger e Hauser (2015), que discorrem sobre o surgimento da imprensa feminina e feminista no Brasil; além de Orlandi (2001) e Charaudeau (2008), que explicam a metodologia da análise de discurso e suas aplicações para as análises deste trabalho. A autora conclui que existem abordagens diferentes em mídia alternativa e mídia tradicional, com base no discurso, no espaço e nas editoriais em que as reportagens analisadas estão alocadas nos veículos de comunicação escolhidos.

Palavras-chave: Maternidade lésbica. Imprensa feminina. Imprensa feminista. Mídia alternativa. Mídia tradicional. Visibilidade lésbica. Movimento feminista.

ABSTRACT

This paper aims to analyse reports about lesbian maternity in the traditional and alternative medias to see if there are differences in their approaches to it. The objects of study chosen were AzMina magazine and the newspapers El País and Estadão. To comprehend how and if there is contrast between such reports the speech analysis (ORLANDI, 2001; CHARAUDEAU, 2008) is used, with the support of excerpts from the selected reports. The theoretical framework of this final paper includes works such as Toscano and Goldenberg (1992), Alves and Pitanguy (1991) and Telles (1999) among others, which help us understand the historical context and emergence of feminism in Brazil and worldwide; Falquet (2006), Sarmet (2018), and hooks (2018), which discuss the lesbian feminism and the importance of visibility for such women; Buitoni (1990, 2009), Cardoso (2004), and Berger and Hauser (2015) which deal with the emergence of women's press and feminist press in Brazil; in addition to Orlandi (2001) and Charaudeau (2008), which explain the speech analysis methodology and its applications for this research. It was concluded by the author that there are different approaches by traditional and alternative medias, based on speech, space and editorial in which the report is placed in the selected media.

Key-words: Lesbian maternity. Women's press. Feminist press. Alternative media. Traditional media. Lesbian visibility. Feminist movement.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Foto da primeira página da primeira edição de O Espelho Diamantino	46
Figura 2: Foto da primeira página da primeira edição do Jornal das Senhoras	49
Figura 3: Capa da revista Grande Hotel n. 680	54
Figura 4: Capa da primeira edição da revista Capricho em 1952.....	60
Figura 5: Capa da revista Capricho em janeiro de 2010	60
Figura 6: Visão da homepage do site da Revista AzMina em novembro de 2019	66
Figura 7: Trecho da reportagem Maternidade Lésbica da Revista AzMina	72
Figura 8: Trecho da reportagem Maternidade Lésbica da Revista AzMina	73
Figura 9: Trecho da reportagem Maternidade Lésbica da Revista AzMina	74
Figura 10: Trecho da reportagem Maternidade Lésbica da Revista AzMina	75
Figura 11: Trecho da reportagem Maternidade Lésbica da Revista AzMina	76
Figura 12: Trecho da reportagem Maternidade Lésbica da Revista AzMina	77
Figura 13: Trecho da reportagem Maternidade Lésbica da Revista AzMina	79
Figura 14: Trecho da reportagem Maternidade Lésbica da Revista AzMina	80
Figura 15: Trecho da reportagem Maternidade Lésbica da Revista AzMina	81
Figura 16: Trecho da reportagem Maternidade Lésbica no El País	82
Figura 17: Trecho da reportagem Maternidade Lésbica no El País	83
Figura 18: Trecho da reportagem Maternidade Lésbica no El País	84
Figura 19: Trecho da reportagem Maternidade Lésbica no El País	84
Figura 20: Trecho da reportagem Maternidade Lésbica no El País	85
Figura 21: Trecho da reportagem Maternidade Lésbica do Estadão.....	86
Figura 22: Trecho da reportagem Maternidade Lésbica do Estadão.....	86
Figura 23: Trecho da reportagem Maternidade Lésbica do Estadão.....	87
Figura 24: Trecho da reportagem Maternidade Lésbica do Estadão.....	87
Figura 25: Trecho da reportagem Maternidade Lésbica do Estadão.....	88
Figura 26: Trecho da reportagem Maternidade Lésbica do Estadão.....	88
Figura 27: Trecho da reportagem Maternidade Lésbica do Estadão.....	89

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Reportagens analisadas	68
---	----

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 OS FORMATOS JORNALÍSTICOS: DAS CATEGORIAS TRADICIONAIS À IMPRENSA ALTERNATIVA	12
2.1 Formatos jornalísticos.....	15
3 FEMINISMO: UM PANORAMA HISTÓRICO E MUNDIAL.....	24
3.1 Feminismo no Brasil: como foram as coisas por aqui?	31
3.2 Feminismo lésbico	38
4 DA IMPRENSA FEMININA À IMPRENSA FEMINISTA: UM HISTÓRICO... 45	
4.1 Novo milênio: novas perspectivas para a imprensa feminina	61
5 A MATERNIDADE LÉSBICA NA MÍDIA	64
5.1 A Revista AzMina	64
5.2 A metodologia: análise de discurso.....	66
5.3 Uma análise da maternidade lésbica na mídia brasileira	69
5.3.1 Maternidade lésbica na Revista AzMina	71
5.3.2 Maternidade lésbica no El País.....	82
5.3.2 Maternidade lésbica no Estadão.....	85
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	90
REFERÊNCIAS.....	93

1 INTRODUÇÃO

Neste trabalho, serão analisadas as abordagens sobre maternidade lésbica nas mídias alternativa e tradicional. Como recorte de mídia alternativa, foi escolhida a Revista AzMina, e como recorte de mídia tradicional, os jornais El País e Estadão. As reportagens analisadas foram originalmente publicadas nos anos de 2018, 2017 e 2016, respectivamente.

O enfoque foi selecionado a partir do entendimento de que esse tipo de tema encontra maior espaço na mídia alternativa. Embora tenhamos ampliado as discussões sobre gênero, orientação sexual, machismo, feminismo e outras tantas lutas pertinentes, a visibilidade lésbica carece de atenção por parte da imprensa hegemônica.

Para poder compreender o contexto histórico do feminismo no mundo e depois no Brasil, bem como o surgimento da imprensa feminina e feminista, este trabalho contará com o apoio de diversos autores. Entre eles, Toscano e Goldenberg (1992), para falar sobre feminismo; Falquet (2006) e Sarmet (2018) que abordam o feminismo lésbico e a importância da visibilidade dessas mulheres; Buitoni (1990, 2009), para discorrer sobre imprensa feminina e feminista no Brasil; e Orlandi (2001) e Charaudeau (2008), que explicam a metodologia da análise de discurso e suas aplicações para o objetivo deste trabalho.

No primeiro capítulo, serão conceituados alguns dos principais formatos jornalísticos. Para que possamos compreender um pouco melhor como se dão esses segmentos, nos apoiaremos em diferentes autores, como Girardi et al (2012), Beltrão (1969) e Lima (2004). A partir do contexto histórico de surgimento e dos conceitos teóricos, será possível entender como cada um desses segmentos atua e se coloca perante o público, mostrando sua relevância jornalística.

No terceiro capítulo, falaremos sobre o surgimento do feminismo, desde os primórdios até finalmente manifestar-se no Brasil. A partir de uma linha cronológica, revisitaremos os principais marcos da luta feminista para que possamos compreender como a luta por uma sociedade igualitária se deu – e se dá – no contexto brasileiro. Para isso, teremos a ajuda de Toscano e Goldenberg (1992), Alves e Pitanguy (1991) e Telles (1999). O feminismo lésbico terá um

subcapítulo dentro do terceiro capítulo, pois consideramos essa interseccionalidade do feminismo primordial para esta análise. Para que possamos tratar do contexto histórico e dos principais marcos dessa luta, teremos o apoio de Falquet (2006) e Sarmet (2018).

No quarto capítulo, as imprensas feminina e feminista serão contextualizadas. Falaremos sobre os primeiros periódicos voltados para as mulheres e como se deu o desenvolvimento de jornais e revistas no Brasil. Veremos como esses periódicos estão vinculados também ao aumento dos debates sobre feminismo e poderemos perceber de que forma a luta das mulheres transcendeu o âmbito social para encontrar as páginas da imprensa. Para tal, contaremos com Buitoni (1990 e 2009) e Cardoso (2004).

Por fim, o quinto capítulo analisará três reportagens: uma da imprensa alternativa, representada pela Revista AzMina, e duas da mídia tradicional, representadas pelos jornais El País e Estadão. Essa análise se dará com base na análise de discurso de Orlandi (2001) e Charaudeau (2008). As matérias escolhidas precisavam ser mais do que simples notícias, era preciso que falassem sobre maternidade lésbica para além do factual. Esse foi o critério para a escolha das três reportagens que serão analisadas.

2 OS FORMATOS JORNALÍSTICOS: DAS CATEGORIAS TRADICIONAIS À IMPRENSA ALTERNATIVA

A necessidade de informação, inerente às sociedades, é um dos principais fatores que dá origem ao jornalismo. No Brasil, o surgimento da imprensa aconteceu 14 anos após a separação entre Brasil e Portugal. Conforme Melo (2003), esse atraso se deu em primeiro lugar porque a imprensa era proibida no país, e outro ponto importante é que o processo de colonização era voltado para a produção de bens que seriam exportados, e esse fator impediu o desenvolvimento interno. Além disso, o analfabetismo, a falta de urbanização, a posição periférica do Brasil em relação aos países do velho mundo e a rigorosa censura de Portugal para com a imprensa contribuíram para que o jornalismo chegasse tardiamente por aqui.

As grandes transformações começam com a chegada do príncipe regente em 1808. A presença da família real fez com que sejam feitos investimentos na economia e na urbanização do país, com abertura de portos e construção de escolas, bibliotecas e museus. Assim surgem os primeiros jornais, a *Gazeta do Rio de Janeiro* e o *Correio Braziliense*.

Os governantes portugueses, acantonados no Brasil durante o período de ocupação da Península Ibérica pelas tropas de Napoleão Bonaparte, providenciaram a instalação de prelos e tipografias, ensejando a circulação do primeiro jornal em língua portuguesa na América – a *Gazeta do Rio de Janeiro*, editada pelo Frei Tibúrcio José da Rocha. Precedendo esse oficialista, que sofre as penas da censura estatal, Hipólito da Costa lançou em Londres e enviara clandestinamente para o Brasil o jornal *Correio Braziliense*, considerado o mais antigo periódico brasileiro, pela sua natureza independente e pelo seu caráter noticioso (MELO, 2003, p. 31).

Posteriormente, muitos outros pequenos periódicos nasceram, embora de forma efêmera, mas contribuíram para popularizar as informações. Após 1820, os jornais assumiram um caráter mais opinativo sobre a colonização do Brasil, despertando a autonomia e o nacionalismo da população. Conforme Silva (1992), essa influência sobre a opinião pública gerou importantes consequências, entre elas o afastamento de D. Pedro I em 1831.

Desse período em diante, os jornais começaram a se desenvolver gradualmente. A popularização dos prelos (prensas que servem para impressão) e a implementação do sistema de correios e telégrafos estimulou o surgimento

de mais publicações e a profissionalização de quem era responsável pela redação das informações. Nessa época os *pasquins*, um panfleto de caráter crítico e satírico, ganharam força. Estes, por sua vez, tiveram papel importante ao incentivar as principais revoltas ocorridas durante a regência, como a Cabanagem, a Sabinada e a Guerra dos Farrapos.

No segundo reinado, a imprensa ganhou mais dois elementos que contribuem para seu desenvolvimento: a fotografia e a ilustração. A ilustração se destacou em periódicos como a Revista Ilustrada, um dos jornais mais populares do Século XIX. Em 1845, nasceu a imprensa social de caráter político no Brasil. O Socialista se coloca contra os representantes da coroa portuguesa e, ao longo de suas 64 edições, ocasionou em perseguições, assassinatos e deportações de pessoas ligadas à publicação (RODRIGUES, 1997). Nessa época, a imprensa assumiu uma participação relevante nas campanhas pela abolição da escravatura e pela proclamação da república, que levam ao enfraquecimento da monarquia. Com a república já proclamada, foi aprovado um novo Código Penal em outubro de 1890 que tratava sobre os crimes de imprensa. A Primeira Constituição Republicana, de 24 de fevereiro, vetando a possibilidade de anonimato (LANER, 2000).

A chegada do Século XX representa um grande avanço para o jornalismo, pois os periódicos começam a atingir a grande massa. É também nesse período que surgem as agências de notícias, responsáveis por disseminar informação para diferentes partes do planeta com agilidade. Após o fim da Primeira Guerra Mundial, o modelo jornalístico dos Estados Unidos se difundiu, fazendo com que vários veículos brasileiros passassem a ter uma produção jornalística voltada para a liberdade de imprensa e a objetividade. O jornalismo no Brasil passou então a ser um negócio, uma empresa, e deixou de lado a produção artesanal de notícias, assumindo um caráter muito mais informativo que opinativo, modelos esses que predominam até hoje nos grandes veículos de comunicação (FILHO, 1986).

A História nos mostra, portanto, que o jornalismo exerce uma função social importante. Atua como mediador, trabalhando com o *interesse público* e também com o *interesse do público*, formando opiniões, pressionando governos e buscando garantir o cumprimento dos direitos humanos. Para Lago e Benetti (2010), o jornalismo é “entendido como uma prática social, envolvendo

fundamentalmente as esferas da produção, circulação e recepção das notícias” (p. 23). As autoras ressaltam ainda que “o jornalismo constrói sentidos sobre a realidade, em um processo de contínua e múltipla interferência” (p. 110).

Com uma realidade cada vez mais perpassada por questões globais, o jornalismo precisou olhar além das fronteiras. Capturar os acontecimentos, segundo Tuchman (1983) (*apud* PEREIRA JÚNIOR, 2000), parte de três estratégias: territorialidade geográfica, onde o mundo é dividido em uma lógica de responsabilidade territorial; especialização organizacional, onde repórteres são deslocados para cobrir instituições ou situações que são relevantes do ponto de vista jornalístico; e especialização temática, onde são definidas sessões e editorias específicas para jornais, revistas e programas de televisão.

Essa segmentação do jornalismo se mostrou cada vez mais necessária conforme o público atingido aumentava. Formando grupos heterogêneos, com interesses, profissões e gostos diferentes, as publicações – e posteriormente o rádio e a televisão – precisavam atingir o maior número de pessoas possível. Ao mesmo tempo precisavam oferecer conteúdo especializado e de qualidade. No entendimento de Karam:

Podemos dizer que a produção da informação ancora-se na produção humana de fatos e de conhecimentos, e que sendo os fatos e conhecimentos produção humana infinita, o jornalismo, teoricamente, tende, pode e deve segmentar-se e especializar-se. Jornais não podem, com o acesso ilimitado aos fatos contemporâneos, atender interesses tão diversos quanto os diferenciados públicos hoje existentes. (KARAM *apud* SOUZA SILVA, 1996, p. 25)

Essa especialização tende a produzir conteúdos mais assertivos, que por sua vez aumentam a credibilidade do veículo junto ao público. Por conta disso, hoje vemos um jornalismo bastante segmentado, com editorias cada vez mais definidas e com repórteres ainda mais capacitados para falar com propriedade e perspicácia sobre o assunto tratado. Conforme explica Bueno (2015), algumas dessas categorias formam a estrutura-chave de grande parte dos produtos jornalísticos oferecidos atualmente.

Para que possamos compreender um pouco melhor como se dão esses segmentos jornalísticos, este capítulo vai voltar seu olhar para as seguintes categorias: jornalismo cultural, jornalismo ambiental, jornalismo político, jornalismo opinativo, jornalismo literário e por fim, jornalismo alternativo e

independente. A partir do contexto histórico de surgimento e dos conceitos teóricos, será possível entender como cada um desses segmentos atua e se coloca perante o público, mostrando sua relevância jornalística.

2.1 Formatos jornalísticos

Entender os gêneros jornalísticos é aprender a fazer jornalismo, segundo Seixas (2009). Para ela, somente o aprofundamento nos conceitos e o desenvolvimento de técnicas é capaz de nos fazer compreender os gêneros jornalísticos, podendo levar ao desenvolvimento pleno da prática jornalística.

O jornalismo cultural, por exemplo, ocupa hoje um espaço relevante nos meios de comunicação. Essa editoria reúne informações sobre os mais diversos produtos culturais: peças de teatro, filmes, séries, música, artes plásticas e literatura. A criação de um espaço especial para a cultura, de início nos jornais e depois em outros ambientes jornalísticos, faz com que os jornalistas busquem se especializar na cobertura e na crítica desses produtos culturais. Para Faro (2006) jornalismo cultural:

[...] entende-se aqui a produção noticiosa e analítica referente a eventos de natureza artística e editorial pautados por seções, suplementos e revistas especializadas nessa área. O conceito de “cultura”, portanto, é o conceito genérico usualmente adotado na esfera da produção jornalística e inclui o acompanhamento que essa produção faz em torno das tendências interpretadoras que se apresentam na mídia pelo processo de legitimação pública conferida por seu vínculo com problemas emergentes da sociedade contemporânea. (FARO, p.3)

Olhando um pouco para o passado e para a França do Século XVII, o *Journal des Savants* é considerado um veículo pioneiro no que diz respeito a crítica literária na imprensa, difundindo livros e descobertas científicas. Aqui no Brasil, cabe o destaque ao Suplemento Dominical do *Jornal do Brasil*, que circulou entre 1956 e 1961 e é uma grande referência na história intelectual do país. Alguns dos mais importantes eventos nacionais e internacionais foram divulgados em suas páginas. Canções, livros, peças teatrais e movimentos artísticos foram resenhados no Suplemento, que ainda se tornou o centro da

discussão sobre a poesia concreta ao publicar manifestos a favor e contra essa estrutura poética.

A sociedade complexa e multicultural em que vivemos hoje obriga o jornalismo cultural a se tornar ainda mais plural. Dentro dessa segmentação jornalística há ainda muitas subcategorias a serem contempladas, estudadas e sistematizadas para atender os gostos e interesses do público – este cada vez mais diverso, conforme explica Faro (2006).

Por outro lado, o período logo após a Segunda Guerra Mundial acende uma luz sobre o meio ambiente e os impactos causados pelo uso de recursos naturais, conforme explica a CMMAD (1988). A Organização das Nações Unidas (ONU), a partir da década de 1960, começa a apresentar estudos sobre agressões ambientais que vão acarretar em pactos e acordos internacionais entre diferentes países com o intuito de preservar, recuperar e defender ecossistemas ameaçados.

Neste momento nasce o jornalismo ambiental, outro importante segmento que desperta a atenção do público. Responsável por divulgar pesquisas, fatos, estudos e descobertas que podem auxiliar na preservação do meio ambiente, essa esfera jornalística foi definida por Girardi *et al* como algo primordial para a reflexão:

O jornalismo ambiental, partindo de um tema específico (mas transversal), visa ser transformador, mobilizador e promotor de debate por meio de informações qualificadas e em prol de uma sustentabilidade plena. [...] Fundem-se, desta forma, a natureza do jornalismo especializado com as demandas socioambientais que acabam por compor o horizonte de reflexão dos paradigmas emergentes. (GIRARDI *et al.*, 2012, p. 148).

Na década de 1960 no Brasil, o jornalista Randau Marques foi o primeiro profissional a se especializar em ecologia, tendo sido inclusive preso por escrever reportagens que questionavam o uso de agrotóxicos e ligavam essas substâncias à mortandade de peixes e ao surgimento de doenças em agricultores. Randau afirmava que o jornalismo ambiental precisava ser exercido por profissionais que se aprofundassem no conhecimento científico:

Nada contra os núcleos [de jornalismo ambiental], desde que seus integrantes também pertençam à Associação Brasileira de Jornalismo Científico, pois só com uma visão transdisciplinar do conjunto da

ciência pode o jornalista conquistar a credibilidade da opinião pública, ficando por conta de seu talento decodificar as complexidades e traduzir em prosa escurra e cativante o linguajar acadêmico, sem inquirir ou distorcer a seriedade desta. (MARQUES, 1994, p. 9)

Mais tarde, nos anos 1980, a descoberta do buraco na camada de ozônio e o reconhecimento das influências humanas nessa problemática impulsionaram o jornalismo ambiental. A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, realizada em 1992 no Rio de Janeiro, fez com que a imprensa brasileira voltasse ainda mais seu olhar para os problemas ambientais, principalmente na Amazônia. Girardi *et al* (2012) nos mostra que partir de então o jornalismo ambiental ocupou um espaço relevante nos meios de comunicação por ter esse caráter de utilidade pública e ao mesmo tempo atuar como agente pedagógico.

Outra categoria importante da vida em sociedade que suscita debates e seguramente afeta a vida de todos é a política. Como ensinou Aristóteles, o homem é um animal político e fica evidente, portanto, que tal categoria merece um espaço de destaque nos produtos jornalísticos. Embora possamos dizer que toda pauta jornalística é uma pauta política, é consenso que os assuntos abarcados pelo jornalismo político são aqueles que dizem respeito a vida pública de homens públicos e aos fatos da esfera política formal, definida pelo exercício de funções e cargos políticos, com indivíduos eleitos em uma sociedade democrática. Para Beltrão:

A reportagem política – a que está indissoluvelmente ligada a ação administrativa do poder público – é considerada como um serviço de orientação e informação fundamental para a imprensa, desde que diz respeito aos interesses transcendentais do Estado. Ao contrário dos demais setores, que se dirigem a um público mais ou menos limitado, o da informação político-administrativa interessa tanto aos políticos e homens de governo como às classes produtoras e trabalhadoras, aos profissionais liberais, aos intelectuais e artistas, aos universitários, enfim a todos os homens e mulheres cujo sistema de vida depende, naturalmente, das linhas traçadas pela política do Governo. (BELTRÃO, 1969, p. 293-294)

O jornalismo político, portanto, atua junto de organismos oficiais, eleitorais, partidários e administrativos no intuito de ser isento e de informar o público sobre as movimentações e articulações que geram reflexos na sociedade. De modo geral, o texto político no jornalismo visa a informação e não

o engajamento de quem assiste, lê ou ouve as reportagens. O jornalismo político, portanto, é uma categoria que preza acima de tudo pela imparcialidade, cuja existência é debatida por muitos autores. Para Silva (2006, p. 15) “Todo fato é percebido e construído constantemente na recategorização dos objetos de discurso. [...] o mundo real depende dos nossos valores e vice-versa”. Ou seja, o discurso jornalístico perpassa as subjetividades do profissional e carrega consigo seus próprios juízos de valor, ainda que de forma abstrata. Já para Lage (2014), o jornalismo é uma atividade ética na qual o profissional deve ser fiel aos fatos; portanto, isenta de subjetividade, que busca não causar danos, com erros ou inadequações na reportagem dos fatos. Não há um consenso nos estudos do jornalismo sobre a imparcialidade, mas acredita-se que ela seja ainda mais importante no que tange ao jornalismo político.

Se no Século XVII o que predominava era o gênero puramente informativo, no Século XVIII as opiniões passam a ser expressadas nos jornais, pasquins e periódicos, consolidando uma resposta às demandas sociais. É então que o jornalismo opinativo começou a se desenvolver enquanto categoria jornalística. A opinião foi perdendo o espaço conforme o jornalismo adotou o modelo estadunidense, anteriormente citado, também em resposta ao desejo social de uma mídia mais isenta. Nos dias de hoje, os veículos destinam espaços específicos para que os jornalistas – e também o público – expressem seu ponto de vista. O editorial, o comentário, a resenha, a coluna, a crônica e a charge são exemplos de locais onde podemos encontrar opinião em jornais, revistas, programas de rádio e televisão. Alguns autores, como Luiz Beltrão, defendem o jornalismo opinativo como uma espécie de orientação ao público:

O jornal tem o dever de exercitar a opinião: ela é que valoriza e engrandece a atividade profissional, pois, quando expressa com honestidade e dignidade, com a reta intenção de orientar o leitor, sem tergiversar ou violentar a sacralidade das ocorrências, se torna fator importante na opção da comunidade pelo mais seguro caminho à obtenção do bem-estar e da harmonia social. (BELTRÃO, 1980, p. 89).

É importante destacar que o jornalismo opinativo tem o poder de elevar os debates sobre grandes questões nacionais e internacionais. Por isso é necessário que o jornalista construa seu argumento em uma sólida base de apoio. Assim, fica claro que o jornalismo opinativo não pode apenas tentar

convencer o leitor, ouvinte ou espectador a qualquer custo. Essa base retórica seria sensacionalista e apelaria ao emocional para obter resultados favoráveis. Para Abramo (1988), o texto opinativo precisa de clareza e simplicidade que serão capazes de conferir a capacidade de expor o ponto de vista sem impor isso ao público.

Um exemplo de jornalista opinativo é Juremir Machado da Silva, reconhecido por seus textos opinativos, cujos argumentos racionais e bem fundamentados apresentam expressões metafóricas que traduzem emoções (pena, inveja, saudosismo, entre outros) em um processo de persuasão que instiga o público. A linguagem, aliada aos bons argumentos, a uma narrativa envolvente e coesa tende a fazer com que o jornalismo tenha efetividade e credibilidade diante das pessoas. Juremir é colunista no jornal Correio do Povo, de Porto Alegre, onde escreve de segunda a sábado, diariamente.

Se no gênero opinativo o texto já se mostra um elemento importante, no jornalismo literário ele é o personagem principal. Dá-se muito mais enfoque à oralidade, às expressões de pensamento e sentimento e há uma certa poética na sua narrativa. A convergência entre literatura e jornalismo permitiu que as mudanças sociais de diferentes épocas tivessem espaço nos veículos de comunicação, conforme explica Lima (2004). O autor ainda pontua que o jornalismo e a literatura encontram vários pontos de convergência ao longo da história.

Num primeiro momento, o jornalismo bebe na fonte da literatura. Num segundo, é esta que descobre, no jornalismo, fonte para reciclar sua prática, enriquecendo-a com uma variante bifurcada em duas possibilidades: a de representação do real efetivo, uma espécie de reportagem – com sabor literário – dos episódios sociais, e a incorporação do estilo de expressão escrita que vai aos poucos diferenciando o jornalismo, com suas marcas distintas de precisão, clareza, simplicidade. (LIMA, 2004, p. 178)

O jornalismo literário, portanto, se transformou em uma combinação entre os recursos literários e as técnicas de investigação jornalística, dando origem inclusive a obras de ficção inspiradas em histórias reais. *A Sangue Frio*, de Truman Capote, é um exemplo clássico de jornalismo literário. Assim:

[...] podemos compreender o Jornalismo Literário do século XXI como a modalidade de prática jornalística que emprega métodos de captação e observação da realidade das Ciências Sociais, área onde o

jornalismo se insere. Uma vez selecionados, esses dados, ressignificados a partir da experiência do profissional, são redigidos com técnicas provenientes da literatura com o objetivo de criar um relato não-ficcional envolvente, que permita a compreensão aprofundada do tema. (MARTINEZ, 2012, p.120).

Essa prática começou a se fortalecer no final dos anos 90, com o advento da internet. Muitos jornalistas encontraram no texto literário uma forma de contar boas histórias e ao mesmo tempo entreter o público (Underwood, 2007). Caracterizado por exigir do profissional uma alta carga de pesquisa e investigação, o jornalismo literário pouco lida com o factual. A pauta literária, nesse sentido, não segue a mesma lógica das *hard news*, que é a atualização das notícias em tempo real. Possui um tempo próprio, pois a compreensão e interpretação dos fatos pode implicar em imersões prolongadas.

O jornalismo esportivo é outra categoria que ganha força com a chegada da internet. Mas antes disso, foi difícil fazer com os jornais entendessem que havia no esporte um valor-notícia relevante para o público. No Brasil, o jornal *Fanfulha*, de 1910, foi um dos primeiros a divulgar notícias sobre esportes, com pouco alcance. Mais tarde surge o *Jornal dos Sports* no Rio de Janeiro na década de 1930, que é de fato o primeiro jornal inteiramente dedicado aos esportes, fundado pelo jornalista Mauro Filho. A Copa do Mundo de 1938 dá destaque ao futebol brasileiro e essa divulgação faz com que a imprensa do país comece a se interessar por esse gênero. No final dos anos 1960, os jornais passam a ter cadernos dedicados ao esporte, principalmente ao futebol. Na definição de Tubino (2007, p. 719), o jornalismo esportivo:

É uma atividade especializada de Jornalismo na qual são transmitidas informações, opiniões (interpretações e críticas) e análises do esporte em qualquer aspecto de sua abrangência sociocultural. O jornalismo esportivo é exercido por jornalistas com conhecimento em esportes ou em aspectos esportivos.

O jornalismo esportivo, de acordo com Barbeiro e Rangel (2006), muitas vezes se confunde com puro entretenimento. Os autores explicam que, por lidar com aspectos não tão comuns em outros setores jornalísticos, como a emoção, é mais fácil perder o foco do que é a sua função social. Os autores ainda ressaltam que no Brasil, que enxerga o esporte como uma expressão de lazer, saúde, diversão e entretenimento, cobrir eventos nessa área se tornou sinônimo de

distrair o público. Isso se deve, em partes também, à conduta de muitos profissionais da área que transformam os debates esportivos em verdadeiras distrações. A linha entre puro entretenimento e informação apurada e de qualidade é tênue nesse segmento e suscita muitas divergências.

Outro gênero jornalístico que gera discussões é o jornalismo investigativo, que é muitas vezes encarado como redundante, pois parte do pressuposto de que qualquer exercício de apuração passa pela investigação. Assim definiu Gabriel García Márquez (1997, p. 46) em Notícia de um Sequestro, ao afirmar que “a investigação não é uma especialidade dentro da profissão, mas que todo jornalismo deve ser investigativo por definição”. Embora a investigação seja a essência do jornalismo, podemos dizer que essa categoria jornalística é caracterizada por grandes reportagens, que costumam exigir um longo tempo de trabalho por parte dos repórteres.

De acordo com Dines (1986), o termo aparece pela primeira vez nos anos 1960, quando o prêmio Pulitzer foi destinado ao jornal Philadelphia Bulletin pela série de reportagens que denunciava casos de corrupção na polícia local. Historicamente, as matérias de cunho investigativo tratam de mazelas sociais, questões políticas e direitos humanos, casos criminais ou violência, agindo como denunciantes. Para Dines:

O jornalismo investigativo não é apenas jornalismo de sensações ou de escândalos. Relaciona-se com o jornalismo interpretativo ou analítico, pois, ao inquirir sobre as causas e origens dos fatos, busca também a ligação entre eles e oferece a explicação de sua ocorrência. Ao praticá-lo, necessariamente, não se obriga a postura de denúncia (DINES, 1986, p. 92).

No Brasil, a criação da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji) após a morte do jornalista Tim Lopes representa um marco para o jornalismo. Isso porque o repórter investigativo age quase como um detetive na busca por pistas e fontes que deem veracidade ao seu material, em muitos casos colocando a própria vida em perigo.

Por fim, chegamos ao jornalismo independente ou alternativo. Durante muito tempo, o conceito de imprensa alternativa esteve ligado às ditas práticas jornalísticas escusas, ou seja, a condutas que não prezavam pela ética ou que se opunham ao autoritarismo. Era dessa forma, como por exemplo, eram conhecidos os jornais O Pasquim, Nós Mulheres e Ex, esse último cujo décimo

sexta edição se tornou histórica ao denunciar o assassinato do jornalista Vladimir Herzog por militares em novembro de 1975.

O conceito de jornalismo alternativo passa por uma informação que deve circular à margem dos veículos de comunicação de massa. De acordo com Grinberg (1987), o termo alternativo remete a um contexto caracterizado pela existência de setores com privilégios políticos, econômicos e culturais.

[...] implica uma opção frente ao discurso dominante; opção à qual confluem, em grau variável, os sistemas de propriedade, as possibilidades de participação dos receptores na elaboração das mensagens, as fontes de financiamento e as redes de distribuição, como elementos complementares. (GRINBERG, 1987, p. 30).

As práticas do jornalismo alternativo na contemporaneidade estão relacionadas ao rompimento da lógica de que o receptor é um mero consumidor, ao engajamento em causas sociais e a preocupação em dar voz às minorias, às formas não convencionais de financiamento e à preocupação em formar uma opinião pública diversa, cultural e politicamente engajada.

No livro *Alternative Journalism*, Atton e Hamilton (2008) buscam definir essa categoria jornalística a partir dos termos alternativo e independente:

O jornalismo alternativo é, ao menos em sua forma ideal, produzido fora das instituições midiáticas dominantes. Isso pode incluir mídia de grupos de protesto, dissidentes, organizações políticas marginais e até mesmo fãs e amadores (ATTON, 2004 *apud* ATTON 2008, p. 3). [...] Muito do trabalho do jornalismo alternativo está envolvido com a representação dos interesses, visões e desejos de grupos sociais pouco representados. Projetos de jornalismo independente tendem a ser organizados fora da mídia tradicional, não hierarquicamente, coletivamente e em bases não comerciais. Esse modelo pretende ser independente da verba publicitária e imune à institucionalização. Adeptos do jornalismo independente também buscam um maior equilíbrio de forças em relação à mídia tradicional, uma vez que o desequilíbrio muitas vezes resulta na marginalização de certos movimentos e grupos sociais e culturais. (ATTON; HAMILTON, 2008, p. 34, tradução nossa).

De acordo com Chinem (1995, p. 8), a imprensa alternativa brasileira se caracteriza por se contrapor aos interesses e tendências políticas dominantes e tentar propor outros formatos “não apenas de notícia, mas de mercado, de postura, de organização acionária, a sonhada empreitada do jornal de jornalista

Se o jornalismo independente ganha certa notoriedade no Brasil com a ditadura militar, os campos se expandem mais ainda com o advento da internet.

É neste universo digital que se situa a Revista AzMina, por exemplo. Em plataformas como essas, inteiramente pensadas e concretizadas no ambiente da web, é mais fácil segmentar e atingir o público-alvo, baratear custos e aumentar a capacidade produtiva. Para Carvalho:

A internet permite um crescimento da audiência segmentada de modo a contribuir mais significativamente para formar opinião, ao mesmo tempo em que não necessita de grandes recursos para divulgação [...]. O principal trunfo dos novos veículos alternativos está na possibilidade de ser encontrado pelo seu público-alvo de forma rápida, fácil e gratuitamente, por meio do que Anderson (2006 *apud* CARVALHO, 2014, p. 131) chama de 'mercado de nicho'.

Assim, o jornalismo alternativo produzido hoje nas plataformas *online* se posiciona de forma contrária aos veículos tradicionais já existentes. Podemos dizer que, na contemporaneidade, este “fazer jornalístico” se coloca na direção oposta do modelo hegemônico da notícia, pois iniciativas como a Revista AzMina dificilmente seguem o modelo clássico de jornalismo que conhecemos. São projetos comumente financiados de forma coletiva, com maior liberdade editorial e abertamente ligados às causas sociais.

É também no ambiente digital que essas plataformas apresentam ao seu público novas formas narrativas e recursos tecnológicos que, não só vão além do habitual texto, como apresentam diferentes formas de conexão com as reportagens. A característica multimídia do conteúdo *online* tende a ser favorável para o jornalismo alternativo praticado hoje, abrindo um leque de possibilidades. Enquanto grandes veículos de comunicação ainda sofrem para se adaptar aos novos tempos, iniciativas como a Revista AzMina vão galgando seu espaço no cenário jornalístico brasileiro.

Mais adiante, veremos especialmente como a imprensa alternativa e independente se desenvolveu no Brasil, traçando o histórico e explorando de forma mais profunda seus conceitos e abordagens.

3 FEMINISMO: UM PANORAMA HISTÓRICO E MUNDIAL

O feminismo é um movimento que ganhou muita notoriedade nas últimas décadas, mas não é um fenômeno novo. Muito se fala dele, principalmente entre mulheres de todas as idades, que se intitulam ou repelem veementemente a alcunha de “feminista”. Em seu livro “Feminismo em comum”, Márcia Tiburi apresenta um pouco de sua visão sobre o movimento.

A transformação da sociedade precisa ser pensada rumo a uma vida melhor para todas as pessoas. Isso implica pensar outro projeto. Outra política, outro poder, outra educação, outra ética, outra economia. O feminismo é o campo teórico e prático que pode construir uma política com outros referenciais: a natureza, o corpo, o cuidado, a presença, a vida digna. (TIBURI, 2018, p. 124).

A teórica feminista e ativista social bell hooks¹ (2018) afirma que “de maneira simples, feminismo é um movimento para acabar com sexismo, exploração sexista e opressão”. Para a autora, essa afirmação mostra que o feminismo não tem a ver com ser contra o sexo masculino, pois desde que nascemos, homens e mulheres são condicionados a papéis sociais em virtude de uma construção sexista das estruturas da sociedade.

Como todas e todos defensores das políticas feministas sabem, a maioria das pessoas não entende o sexismo ou, se entende, pensa que ele não é um problema. Uma multidão pensa que o feminismo é sempre e apenas uma questão de mulheres em busca de serem iguais aos homens. (HOOKS, 2018)

O feminismo cresceu vertiginosamente a partir da Revolução Francesa, embora deva ser dito que que longo da história muitas mulheres lutaram contra suas condições e clamaram por liberdade, pagando por essas transgressões por vezes com a própria vida, como explica Teles (1999). A autora ainda apresenta o feminismo como uma filosofia:

O feminismo é uma filosofia universal que considera a existência de uma opressão específica a todas as mulheres. Essa opressão se manifesta tanto a nível das estruturas como das superestruturas (ideologia, cultura e política). Assume formas diversas conforme as classes e camadas sociais, nos diferentes grupos étnicos e culturas. Em seu significado mais amplo, o feminismo é um movimento político. Questiona as

¹ bell hooks é o pseudônimo de Gloria Jean Watkins. A autora prefere que seu nome permaneça em letra minúscula, desafiando as convenções linguísticas e acadêmicas, pois segundo ela "o mais importante em meus livros é a substância e não quem sou eu".

relações de poder, a opressão e a exploração de grupos de pessoas sobre outras. Contrapõe-se radicalmente ao poder patriarcal. Propõe uma transformação social, econômica, política e ideológica da sociedade. (TELES, 1999, p. 10)

Diante desse pensamento, podemos encarar o feminismo como um movimento em constante processo de mutação. A filósofa e escritora Françoise Collin, que dedicou boa parte de sua vida ao movimento feminista, em seu texto intitulado *Textualidade da Liberação, Liberdade do Texto*, pondera:

O movimento de liberação das mulheres – o feminismo – é um texto que se desenvolve, não uma tese. É uma linha melódica, não uma marcha militar. É uma inspiração, a inspiração de um sopro. O feminismo se respira mais do que se enuncia. De tanto dar o último suspiro, ele renasce. (COLLIN, 1994, p. 149)

Como veremos a seguir, o feminismo não é um movimento único e centralizado. Possui múltiplas frentes e se auto-organiza em suas diferentes vertentes de pensamento, mas em linhas gerais propõe uma sociedade justa e igualitária. De acordo com Montenegro (1981, p. 30), “é difícil precisar a data exata em que foi empregada pela primeira vez a palavra feminismo”, mas há registros no Século XIX, como veremos a seguir. Toscano e Goldenberg (1992) afirmam que para que possamos considerar o feminismo como um movimento relevante, duas coisas precisam ser levadas em consideração. A primeira são atores sociais envolvidos, que nesse caso são de diferentes áreas, com suas naturezas políticas, ideológicas, econômicas e sociais, e a segunda diz respeito aos desdobramentos que se dão a partir das atividades exercidas pelos seus integrantes. Dessa forma, podemos entender que muitos homens e mulheres tiveram comportamentos feministas ao longo dos séculos.

Encarada desde os primórdios como um ser indispensável à espécie humana, a mulher tinha a importante tarefa de garantir a continuidade da linhagem. Conforme nos diz Simone de Beauvoir em *O Segundo Sexo*: “A mulher? É muito simples, dizem os amadores de fórmulas simples: é uma matriz, um ovário; é uma fêmea, e esta palavra basta para defini-la” (2018). O filósofo Gilles Lipovetsky complementa o pensamento de Beauvoir ao dizer que:

É através da sexualidade que se exerce o poder do masculino sobre o feminino: longe de se reduzir a uma função natural, o sexo aparece como efeito e instrumento do poder falocrático, como um ponto de passagem

para as relações de dominação exercidas pelos homens sobre as mulheres. As representações, a moral, a psicologia, os papéis relativos à sexualidade, tudo converge para assegurar a supremacia viril e a subordinação das mulheres. (LIPOVETSKY, 2000, p. 68)

Por conta disso, foram condicionadas ao lar e aos trabalhos relativos à subsistência: o preparo dos alimentos, a fabricação de vestimentas, o cuidado com o abrigo. Era fora de casa, e aos homens, que ficavam as atividades mais nobres: a filosofia, as artes e a política. Na Grécia Antiga, por exemplo, praticamente todo o conhecimento era produzido por homens, e são essas as ideias que se propagaram no tempo. Poucos são os textos que podem ser atribuídos a mulheres nessa época. A poetisa Safo e seus poemas sobre os deuses e o amor são um dos poucos registros femininos encontrados até hoje. No Império Romano, no ano de 195 d.C., mulheres se juntaram e foram até o Senado para protestar contra o transporte público ao qual não tinham acesso, obrigando-as a andar longas distâncias a pé, conforme explicam Alves e Pitanguy (1991).

A relação de poder entre os sexos, onde o homem precisa exercer o domínio das mulheres e garantir sua submissão, procurava evitar qualquer organização que pudesse questionar a estrutura social vigente. Não era interessante, para os intelectuais e políticos influentes, que as mulheres tentassem reverter as regras que já haviam sido instituídas e mantinham a sociedade patriarcal intacta, conforme afirma Colling (2004). Para exemplificar isso, Alves e Pitanguy (1991) citam o discurso do Senador Marco Pórcio Catão no Senado Romano, diante do pedido de acesso ao transporte público, feito pelas mulheres:

Lembrem-se do grande trabalho que temos tido para manter nossas mulheres tranquilas e para refrear-lhes a licenciosidade, o que foi possível enquanto as leis nos ajudaram. Imaginem o que sucederá, daqui por diante, se tais leis forem revogadas e se as mulheres se puserem, legalmente, em pé de igualdade com os homens! Os senhores sabem como são as mulheres: façam-nas suas iguais, e imediatamente elas quererão subir em suas costas para governá-las. (ALVES; PITANGUY. 1991, p. 14)

Mas em algumas outras sociedades, principalmente as tribais, a posição social das mulheres não era assim tão inferior, como relataram ao Império Romano alguns cronistas romanos, como Tácito e Estrabão.

Desmistificando a ideia de que a sujeição da mulher seja um destino irrevogável, a-histórico e universal, levanta-se a experiência da relação entre os sexos existente na Gália e na Germânia. Eram estas sociedades tribais, cujo regime comunitário designava às mulheres um espaço de atuação semelhante ao dos homens. Conjuntamente faziam a guerra, participavam dos Conselhos Tribais, ocupavam-se da agricultura e do gado, construíam suas casas. As mulheres funcionavam também como juízas, inclusive dos homens. (ALVES; PITANGUY. 1991, p. 15)

Esses relatos se repetiram quando os cronistas europeus chegaram à América e se depararam com a relevância da mulher em algumas tribos, como os Iroqueses e Hurons. De acordo com Alves e Pitanguy (1991), “Inexistia o controle de um sexo sobre o outro na realização de tarefas ou nas tomadas de decisão. As mulheres participavam ativamente das discussões em que estavam em jogo os interesses da comunidade” (p. 15-16).

Na Idade Média, as mulheres usufruíam de alguns direitos, como a propriedade e a sucessão, e quase todas as profissões lhes eram acessíveis. As guerras, o comércio e as longas viagens costumavam afastar os homens de seus lares por muito tempo, e na sua ausência as mulheres assumiam os negócios da família. Os conhecimentos contábeis e legislativos eram imprescindíveis para atuar com eficiência diante de transações e acordos, e essa necessidade de conhecimento está atrelada ao afastamento masculino do lar. Há registros de mulheres exercendo tarefas historicamente ligadas ao homem, como a serralheria e a carpintaria, e também de suas participações no comércio ao lado de seus maridos. De acordo com Colling (2004), esse espaço vai se perdendo nos séculos seguintes, principalmente com a reintrodução dos princípios da Legislação Romana do Século XIII em diante, que reduzem os direitos civis das mulheres e restringem seu acesso a heranças, bens e aporte judicial.

Aqui vale destacar a escritora francesa Christine de Pisan, que no Século XIV se torna a primeira mulher a ser indicada como poeta e escritora oficial da corte. Para Alves e Pitanguy (1991, p. 18), “pode ser considerada como uma das primeiras feministas, no sentido de ter um discurso conscientemente articulado em defesa dos direitos da mulher”. Christine defendeu a igualdade entre os sexos, frequentemente criando polêmicas com outros escritores de renome na época. Escreveu *A Cidade das Mulheres*, em que condena a diferenciação entre os sexos e afirma que homens e mulheres são iguais por sua própria natureza.

Mesmo com uma participação significativa na sociedade da Idade Média, o que prevaleceu foi um certo romantismo que retratava a mulher como um ser frágil e inocente, entre lãs, canções e bordados, esperando a chegada de um cavaleiro corajoso, destemido e forte para lhe oferecer segurança e afeto. A ascensão do cristianismo está ligada à propagação dos ideais de submissão e controle das mulheres, pois a igreja era uma organização hierárquica e exclusivamente masculina. Os dogmas cristãos eram rígidos e qualquer mulher que desafiava as escrituras sagradas da Bíblia podia ser queimada viva como herege, em uma perseguição que ficou conhecida como “caça às bruxas”. No entanto, Colling (2004) chamam a atenção para o fato de que a posição da mulher oscilava entre a exaltada e a infame. Maria no papel de pura e Eva como a responsável pela depreciação do homem. Esse estigma é um dos grandes responsáveis pelo triunfo do tabu sexual e pelo estigma do corpo feminino, tido como uma fonte de pecados.

No Renascimento, as mulheres testemunharam mudanças significativas em sua vida em sociedade. Se anteriormente elas tinham acesso ao trabalho e desempenhavam funções relevantes na família e nos negócios, o declínio do feudalismo e a centralização do poder acabam por afastar as mulheres da esfera pública. É justamente nesse momento histórico de valorização do trabalho como instrumento transformador que a mulher se vê desvalorizada enquanto trabalhadora. A mulher que trabalha passa a ser vista com maus olhos perante a sociedade e bem-sucedidas são aquelas cujos maridos têm condições de prover o sustento. Isso, no entanto, não impediu que muitas mulheres continuassem trabalhando, mas fez com sua força de trabalho passasse a valer menos.

Pouco a pouco, num lento processo de conscientização, a mulher vai entrando em campos de atividade e conhecimento até agora restritos aos homens, ainda que sua mão-de-obra seja utilizada para atividades repetitivas e de baixa remuneração, na maioria dos casos. Pode-se perceber ao longo da história que essa relação desigual de poder entre os sexos gerou uma situação onde o opressor impõe trabalhos indesejados, rotineiros e desvalorizados ao oprimido. (PREHN, 1999, p. 63)

Mas é na Europa Ocidental, no Século XVIII, que surgiram as mudanças mais significativas para o movimento feminista. A expansão do capitalismo e a industrialização trazidos pela Revolução Francesa foram fatores que

impulsionaram os ideais feministas. Tendo participado ativamente desse processo revolucionário, as mulheres não se enxergavam nas conquistas políticas. Em *O Segundo Sexo* (2009), Simone de Beauvoir aponta que “poderíamos imaginar que a Revolução transformasse o destino feminino. Não foi o que aconteceu. A revolução burguesa mostrou-se respeitosa das instituições e dos valores burgueses; foi feita quase exclusivamente pelos homens”. Em 1791, Olympe de Gouges propôs a Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã, que pretendia colocar as mulheres no mesmo patamar que os homens na perspectiva do direito. A modernidade imposta pela implantação do capitalismo não fazia sentido se fossem mantidas ideologias que limitavam as liberdades individuais. Assim, as mulheres se mobilizaram para reivindicar uma nova legislação sobre o casamento, onde o homem já não fosse o detentor dos bens e do corpo da mulher. Outra bandeira levantada e fortemente defendida nesse momento foi o direito à educação. A busca por esses direitos e por uma sociedade em que homens e mulheres estejam em pé de igualdade de direitos e deveres foi amplamente repetido pelas feministas na luta pelo sufrágio no Século XIX.

Toscano e Goldenberg relembrem, no entanto, que:

Embora essa primeira fase do movimento de mulheres, na França, seja historicamente lembrada a partir de uma liderança feminina combativa e persistente, é justo acentuar que tal combatividade foi muito estimulada por intelectuais de ambos os sexos, bem como pela população feminina dos centros urbanos maiores. Não foi, portanto, um movimento desligado dos pleitos políticos mais globais, do conjunto da sociedade, que acontecesse apenas por conta do vanguardismo de algumas feministas *avant la lettre*. Ele só se impôs porque encontrou ressonância entre as mulheres dos diferentes estratos sociais que iam, aos poucos, tomando consciência de sua inferioridade social e, o que é muito importante, da possibilidade de mudar tal estado de coisas. (TOSCANO; GOLDENBERG. 1992, p. 18-19)

Algumas conquistas importantes foram alcançadas após esse primeiro movimento do feminismo, como o casamento civil (até então somente a igreja tinha o poder de legitimar a união de casais) e a legalização do divórcio em 1792. No decorrer do Século XIX, o feminismo foi se fortalecendo a medida em que ficavam cada vez mais evidentes as desigualdades causadas pela diferenciação entre os sexos.

Na segunda metade do Século XIX, o movimento feminista começou a se articular para reivindicar o direito ao voto. Em 1865 forma-se o primeiro grupo de

mulheres dispostas a lutar por esse direito em Manchester, Inglaterra. Toscano e Goldenberg (1992) ressaltam que essa reivindicação ao voto tinha como pano de fundo inúmeras outras pautas, como a ampliação do mercado de trabalho, salários e direitos trabalhistas tais como eram os dos homens e o acesso à educação. A articulação para pleitear o direito ao voto atravessa as fronteiras da Inglaterra e dá origem a movimentos semelhantes na França e nos Estados Unidos. Com a Primeira Guerra Mundial, o movimento sufragista passa por um momento de pausa nas atividades.

Em 1917, a Revolução Russa traz uma nova vertente para o feminismo. Surge uma teoria, a partir da formação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, afirmando que:

[...] não são as mudanças tópicas pregadas pelas feministas clássicas, no plano da legislação e do costume, que vão tornar a sociedade mais igualitária; pelo contrário, é o fim do sistema de classes, inerente ao capitalismo burguês, que vai permitir a plena e definitiva emancipação da mulher. (TOSCANO; GOLDENBERG. 1992, p. 22)

Assim formaram-se duas linhas do movimento feminista: de um lado as mulheres que travavam uma luta isolada em relação ao restante da sociedade, cuja principal bandeira era o direito ao voto e a presença da mulher em outros âmbitos sociais que não o lar; e de outro lado as socialistas, que veem em uma revolução radical a única forma de mudar o estatuto social da mulher. Goldman (2015) nos conta que nos primeiros anos da URSS, as mulheres soviéticas testemunharam avanços significativos, como o direito ao divórcio, ao aborto e ao livre exercício de sua sexualidade. Mas surgiram ondas conservadoras que temiam pelos efeitos de tantas liberdades e pressionaram o governo até reestabelecer a velha ordem patriarcal da sociedade.

A crise econômica dos anos 1930 e posteriormente o início da Segunda Guerra Mundial marcaram uma fase de calmaria nos mais diversos movimentos sociais e políticos. As atenções se voltaram aos conflitos entre o Eixo e os Aliados e à ascensão do fascismo e do nacionalismo. Esses acontecimentos históricos darão origem a uma nova sociedade, onde inclusive o papel da mulher será ressignificado, resultando em novas lutas feministas. Nesse período histórico, o feminismo no Brasil começa a ganhar proporção e a partir de agora, veremos como ele se desenvolveu por aqui.

3.1 Feminismo no Brasil: como foram as coisas por aqui?

Para explicar como o movimento feminista se desenvolve no Brasil, é preciso entendermos antes que:

[...] certos aspectos de nossa formação cultural e econômica que vão explicar por que entre nós o movimento feminista se apresentou, desde o início, como um reflexo do que acontecia nas sociedades mais industrializadas da Europa e nos Estados Unidos mas teve, ao mesmo tempo, componentes que eram só nossos. O feminismo no Brasil não foi uma reprodução pura e simples de modelos estrangeiros e suas especificidades só podem ser entendidas no contexto de nossa formação histórica e de nossa situação de dependência em relação aos centros hegemônicos a que estivemos atrelados, desde o início da colonização. (TOSCANO; GOLDENBERG. 1992, p. 25)

Dessa forma, podemos citar a escravidão, a independência tardia, as características coloniais e fundiárias impostas por Portugal e a influência política e social da Igreja Católica como fatores que exercem uma influência significativa sobre o desenvolvimento do movimento feminista no Brasil. Socialmente organizado, o feminismo aparece pela primeira vez na década de 1910, empunhando fortemente a bandeira a favor do voto feminino, liderado por mulheres da classe média e da burguesia com acesso à educação e ao noticiário internacional.

Isso acontece porque nessa década o Brasil passa por mudanças muito importantes. As esferas mais cultas e ricas da sociedade protagonizaram uma intensa troca internacional através de viagens para o exterior e também por meio de correspondências com intelectuais de outros países, principalmente da Europa. Esse câmbio trouxe consigo ideias e ideais que já eram mais difundidos no velho continente, incluindo o feminismo. Na década seguinte surgiram instituições e movimentos relevantes, como o Partido Comunista, a Semana de Arte Moderna e a Coluna Prestes, que protagonizam discussões e polêmicas sobre os rumos da sociedade brasileira. Aos poucos as ideias feministas ganhavam espaço e conquistavam o apoio de deputados, senadores e outros homens públicos com influência social, espalhando-se para outras cidades além do eixo Rio-São Paulo. De acordo com Teles (1999, p. 44), “a década de 20 foi

privilegiada no que diz respeito às lutas e propostas de mudança”, gerando reflexos nos anos seguintes.

A crescente presença da mulher no mercado de trabalho e na academia fez com que aumentasse ainda mais a pressão pelo direito ao voto. Havia, no entanto, uma frente conservadora no Congresso, que era contrária a essa lei.

Estender o voto à mulher é uma ideia imoral e anárquica, porque no dia em que for convertido em lei, ficará decretada a dissolução da família brasileira. A concorrência dos sexos nas relações da vida ativa anula os laços sagrados da família. (Discurso do senador Muniz Freire, in Anais da Câmara dos Deputados, vol. II, p. 233). (TOSCANO, GOLDENBERG, 1992, p. 27)

Este discurso mostra que a visão autoritária que dominava boa parte dos legisladores da época e que foram responsáveis por barrar inúmeras tentativas de conceder o direito das mulheres brasileiras ao voto. Felizmente, esses discursos não foram capazes de barrar a onda feminista que chegava até o país, principalmente por meio do cinema, do rádio e da literatura. Finalmente em 1932 é sancionada a lei que dá o voto às mulheres e no mesmo ano ocorre a legislação trabalhista que protege o trabalho feminino (posteriormente ajustada em 1943 com a consolidação das leis de trabalho), conforme explicam Toscano e Goldenberg (1992).

Nesse período surgiram também inúmeras associações femininas que contribuíram para aumentar as discussões sobre o papel social da mulher, como a União Feminina de Mulheres Universitárias, a Cruzada Feminista Brasileira e a União Feminina do Brasil. As feministas dessa época tinham como objetivo reivindicar novos espaços no mercado de trabalho e na esfera política. A liberdade sexual ainda era um tabu e boa parte dessas associações preferia não discutir essa pauta. Com o golpe de Estado de Getúlio Vargas, visando sua continuidade no poder. Teles (1999, p. 47) destaca que “nessa situação, a luta da mulher fundiu-se praticamente com a de todo o povo, que resistia à ditadura e defendia a democracia”.

Nos anos 1940, no período da Segunda Guerra Mundial, as mulheres brasileiras se uniram contra o fascismo, conforme relata Teles:

Durante a Segunda Guerra Mundial, as mulheres participaram da luta em favor da democracia, contra o nazi-fascismo, e para pressionar a entrada do Brasil na guerra, ao lado dos aliados. Com a Liga de Defesa

Nacional, as mulheres organizaram campanhas para doar agasalhos aos pracinhas e cursos para a formação de enfermeiras. (TELES, 1999, p. 48)

Com o fim dos confrontos, surgiu no Rio de Janeiro o Comitê de Mulheres pela Democracia, em uma tentativa de ver as mulheres participando ativamente da consolidação da democracia e da igualdade de direitos. Em 1947, a Federação das Mulheres do Brasil passou a ser comemorar o Dia Internacional da Mulher em 08 de março, data que posteriormente foi incorporada ao calendário nacional.

Em 1952 acontece a primeira Assembleia Nacional de Mulheres, reunindo representantes de nove estados para debater e articular ações pelos direitos da mulher, das crianças e pela paz mundial, segundo Teles (1999). Mais tarde, neste mesmo ano, a cidade de Porto Alegre sediou a segunda Assembleia, com o dobro de estados participantes. No entanto, com a chegada do governo de Juscelino Kubstchek em 1956, o funcionamento das organizações femininas foi proibido. Mesmo assim, os grupos femininos não deixaram de se reunir e debater ideias, atuando de forma mais discreta e articulando-se para os movimentos que vieram nos anos seguintes.

Uma vertente mais radical do feminismo surgiu nos anos 1960 e gerou um dos episódios mais lembrados até hoje na história do movimento: a queima de sutiãs. Centenas de mulheres se uniram em uma praça de Atlantic City, nos Estados Unidos, para queimar simbolicamente seus sutiãs e o que eles representavam: as pressões sociais, as injustiças causadas pelo sexismo e a imposição de padrões de beleza. Esse ato, que chocou a sociedade da época, representou um marco para o feminismo. No Brasil, as notícias desse ato feminista nos Estados Unidos trouxeram consigo um símbolo de liberdade feminina em anos politicamente instáveis, como relata Cavalcanti (2008). Toscano e Goldenberg destacam outro acontecimento importante nesse período:

A partir dos anos 60, registrou-se uma verdadeira renovação na literatura feminista, e o ponto de partida foi, incontestavelmente, a obra de Simone de Beauvoir *O segundo sexo*, cuja primeira edição, na França, é de 1949. A célebre frase com que Simone inicia o segundo tomo: “Não se nasce mulher, torna-se mulher” seria, daí para frente, fundamental para o movimento feminista do mundo inteiro. (TOSCANO; GOLDENBERG. 1992, p. 31)

É também nesse período que a pílula anticoncepcional chegou ao mercado, transformando-se em um marco importante do feminismo. De posse do medicamento, as mulheres já podiam evitar a gravidez e ter mais autonomia sobre seu próprio corpo. Isso desencadeou uma mudança comportamental significativa para o público feminino, principalmente em relação ao sexo e às relações fora do casamento. Por esses motivos, a pílula teve grande influência sobre a chamada “Revolução Sexual”.

Na década seguinte, o movimento começou a voltar seu olhar para a relação homem-mulher e a partir disso, percebeu que era preciso reformular os padrões sexuais vigentes. Temas mais abrangentes e uma postura mais crítica marcaram o feminismo brasileiro no começo dos anos 1970. Enquanto o mundo se voltava para a Guerra Fria, a inferiorização da mulher perante a sociedade e a falta de representação na política e em setores mais poderosos da economia do Brasil contribuíram para aumentar a insatisfação. Isso tudo ajudaria a formar uma frente política organizada e ativa em plena ditadura militar. Uma das questões surgiu com o aumento do número de mulheres no mercado de trabalho, conforme explica Teles:

Mas as empresas até hoje não oferecem os equipamentos sociais necessários para que as mulheres possam se desvencilhar das tarefas domésticas. São obrigadas a assumir a dupla jornada de trabalho, em casa e fora. Conciliar o papel de trabalhadoras fora de casa com a maternidade torna-se um verdadeiro malabarismo. Para começar, o empresariado não admite a mulher grávida. Se engravida já trabalhando, ou é demitida quando tiver o filho ou não terá onde deixá-lo. (TELES, 1999, p. 57)

As lutas pelos direitos trabalhistas retornam, porque embora a Consolidação das Leis de Trabalho de 1943 previsse uma série de regras a serem seguidas pelas empresas, praticamente nenhuma delas cumpria a lei. Além disso, as mulheres sofriam preconceito e assédio no ambiente de trabalho, queixas que dificilmente eram levadas adiante, pois o relato feminino era descreditado pela maioria das instituições, ainda mais no período da ditadura militar.

Toscano e Goldenberg (1992) destacam que nesse período, mulheres mais politizadas ajudaram a criar oposições ao governo ditatorial. Boa parte

dessas personagens eram ligadas a partidos clandestinos ou estavam amparadas por setores mais progressistas da Igreja Católica. Eram artistas, intelectuais, trabalhadoras sindicalizadas e estudantes de todas as idades. Sobre isso, Teles comenta:

As mulheres foram as primeiras a entrar em cena. Algumas saíram à procura de parentes presos ou desaparecidos políticos, filhos, irmãos ou maridos, companheiros ou namorados. Outras tantas participaram das organizações clandestinas, dispostas a lutar ombro a ombro com os homens pela libertação do país. (TELES, 1999, p. 56-57)

O aumento das discussões e do interesse da sociedade pelo feminismo abriu caminhos para que o debate se avolumasse:

É preciso registrar que, em poucos anos, a temática feminista foi sendo incorporada pelos meios de comunicação, agora não mais restrito a conselhos de beleza, moda e culinária. O debate feminista ia se impondo, questionando o relacionamento entre o homem e a mulher e as discriminações sociais que a mulher sofria no seu cotidiano. Muitos livros foram sendo publicados, programas de rádio e de TV passaram a discutir abertamente temas até então proibidos, as novelas e as peças de teatro passaram a levantar com clareza questões sobre a sexualidade feminina e o casamento; dezenas de teses universitárias passaram a pesquisar a situação da mulher na sociedade brasileira; os partidos políticos incorporaram nossas reivindicações, enfim, toda a sociedade assimilou as questões levantadas pelo movimento feminista. (TOSCANO; GOLDENBERG. 1992, p. 37-38)

As mulheres foram ganhando cada vez mais voz. Com a chegada da década de 1980, as universidades começaram a criar centros de estudos sobre as mulheres, sendo a PUC-RJ uma pioneira nesse campo:

Definitivamente o movimento de mulheres se ampliava. [...] Mesmo aquelas que consideravam o feminismo algo sério e inovador, iam até lá para observar e participar das discussões. Falava-se de tudo: sexualidade, trabalho doméstico, aborto, meios contraceptivos e política de natalidade, discriminação no mercado de trabalho, saúde, educação, creche, violência, lesbianismo e, timidamente, do problema da mulher negra. (TELES, 1999, p. 120)

É também nessa época que as forças armadas brasileiras passaram a aceitar mulheres em seus quadros. Com o fim da ditadura militar, o movimento constituinte e a efetivação das eleições diretas, o feminismo vive um período mais brando. Toscano e Goldenberg (1992) destacam, no entanto, que a democracia trouxe novos olhares para o movimento das mulheres. A criação de

organizações não governamentais, a ampliação de canais de participação feminina e a militância em partidos políticos fizeram com que os debates feministas atingissem diversos espaços sociais.

Em 1985 surge a primeira delegacia da mulher, especializada em investigar casos de maus tratos, estupros, assassinatos e outras violências praticadas contra as mulheres, localizada na cidade de São Paulo. Três anos depois acontece o primeiro encontro nacional de mulheres negras, que reuniu mais de 450 participantes em seminários e debates pautados pela igualdade de direitos e deveres na Constituição Federal do Brasil. Nos anos 1990, com a democracia reinstalada, as lutas feministas se voltam para o combate à violência doméstica e a maior participação feminina na política. Farah (2004) explica que nesse período, passeatas, eventos e manifestações se tornaram mais frequentes, trazendo para o debate os aspectos que circundam a sexualidade da mulher e sua participação no âmbito político, questionando e participando de forma mais ativa da formulação de políticas públicas que procurassem acabar com a desigualdade.

Em 1996 foi criado pelo Congresso Nacional um sistema de cotas que obrigou os partidos políticos a terem pelo menos 20% de mulheres nas chapas eleitorais, aumentando assim o espaço para a participação feminina na esfera política do país. Em um primeiro momento, o sistema valia apenas para eleições municipais e no ano seguinte estendeu-se aos âmbitos estaduais e federal. No entanto, conforme explica Araújo (2001), as primeiras eleições sob a vigência das cotas foram bastante controversas, uma vez que as leis obrigavam os partidos a reservar vagas, mas não necessariamente a preenche-las. A autora ainda salienta muitos partidos relacionavam nomes de candidatas que sequer efetuavam campanha ou tinham pretensões reais de eleição. Felizmente, a pressão da sociedade e dos movimentos feministas no decorrer da primeira década do Século XXI fizeram com que esse processo se tornasse mais transparente e efetivo.

Com a chegada do novo milênio, as mulheres ganharam um espaço importante no governo federal com a criação da Secretaria de Estado de Direitos da Mulher em 2002. Esse acontecimento abriu portas para que políticas públicas de gênero fossem ainda mais discutidas e implementadas, bem como trouxe à tona a necessidade de criar leis mais rigorosas e específicas no que tange a

violência contra a mulher. Assim foi criada a Lei Maria da Penha em 2006, um marco relevante para a luta feminista no Brasil, pois esclareceu à sociedade a definição de violência. Se até então havia o entendimento de que apenas agressões com hematomas e marcas visíveis eram caracterizadas como violência, a Lei Maria da Penha elucidou a existência da violência psicológica, moral, sexual patrimonial. Violência é, portanto, tudo aquilo que fere a integridade da mulher.

Mais tarde, em 2010, o país elegeu sua primeira presidente. Dilma Rousseff chegou ao poder e colocou nove outras mulheres à frente de ministérios do governo, marcando de vez a história política do Brasil. Em 2015 foi sancionada a lei que tornou qualificado o crime de feminicídio, quando o atentado contra a vida da mulher é feito em razão de seu gênero, constituindo outro marco importante para o feminismo brasileiro. Matos (2014) aponta o surgimento de uma nova fase da luta feminista, que se dá a partir dessa atuação mais enfática dentro do Estado, promovendo um ambiente saudável e construtivo para o debate e para a construção de uma sociedade mais igualitária. A autora ressalta que a institucionalização das pautas femininas através de leis e políticas públicas, trazendo recortes geracionais, de raça e de sexo, favorecem a criação de redes feministas mais amplas e internacionais, promovendo um intercâmbio de ideias extremamente importante.

Cada vez mais permeado pelas redes sociais e pela internet, o movimento feminista se ressignifica. Encontra no ambiente *online* mais uma ferramenta de articulação e discussão. Os fóruns de troca entre mulheres crescem e se espalham vertiginosamente, mostrando que ainda há muitas pautas em aberto e tantas outras vão surgindo à medida em que chegam novos estudos e novos olhares sobre a vivência da mulher no Século XXI. Novas alianças se formam e se fortalecem na busca por mais espaços e melhores articulações que possam promover uma sociedade verdadeiramente igualitária, como é o desejo da luta feminista.

É importante enxergar o movimento feminista como uma grande árvore que possui galhos e ramificações. Essas vertentes são necessárias pois as mulheres estão presentes em diferentes classes sociais, se enquadram em diversas raças e possuem orientações sexuais distintas. hooks fala sobre isso, ao afirmar que:

O feminismo como estilo de vida introduziu a ideia de que poderia haver tantas versões de feminismo quantas fossem as mulheres existentes. De repente, a política começou a ser aos poucos removida do feminismo. E prevaleceu a hipótese de que não importa o posicionamento político de uma mulher, seja ela conservadora ou liberal, ela também pode encaixar o feminismo em seu estilo de vida. (HOOKS, 2018)

A seguir veremos um pouco mais a fundo uma vertente do feminismo que será primordial para a análise desta monografia.

3.2 Feminismo lésbico

Em diferentes culturas e desde a antiguidade, existiram mulheres que se relacionam sexual e amorosamente com outras mulheres. De acordo com Falquet (2006), a poetisa Safo, que teria nascido por volta de 630 a.C., já escrevia versos sobre suas vivências lésbicas. A autora ainda pondera que “cada sociedade constrói e interpreta essas práticas sexuais e amorosas entre mulheres de formas diferentes” (p. 18), de modo que sua visibilidade e a legitimidade variam de acordo com a concepção de homem e mulher estabelecida.

Em meio a essa complexidade de arranjos culturais em torno de sexo, gênero e sexualidade, não é tão simples definir, nem o que é uma mulher, nem mesmo o que são heterossexualidade e homossexualidade na época. (FALQUET, 2006, p. 19)

Para falar sobre lesbianismo, é importante problematizar a construção histórica da feminilidade, que por sua vez deu origem a construção social que dividiu o mundo em dois sexos, o masculino e o feminino. Como elucida Beauvoir, a mulher surge como “o segundo sexo”, um ser frágil e dócil puramente biológico. Mas Butler (2007) mostra que existe o sujeito “homossexual” e o sujeito “mulher”, e que ambos são criações sociais que também causam uma divisão hierárquica e demarcam o corpo e o sexo. Se inicialmente o feminismo, como mostra Swain (2007, p.15), se preocupou com a questão “o que é uma mulher?”, agora podemos repetir a indagação de outra forma: o que é uma

lésbica? E a questão continuaria a se desdobrar: mulheres que amam mulheres? Mas seriam elas mulheres?”.

Monique Wittig vai além, afirmando que “uma lésbica não é uma mulher” (Wittig, 2005, p. 4), pois, ser mulher é sob o domínio heterossexista. A autora explica isso através de três pontos centrais 1) a lesbiana não é uma mulher, já não está inserida em uma relação heterossexual; 2) o discurso da heterossexualidade é majoritário e opressor para as lésbicas; e por fim 3) as lesbianas não fazem parte de uma suposta programação inicial da sociedade, de modo que não se submetem à hierarquização heterossexual e, portanto, sexista. Para Wittig, ser lésbica vai além das categorias homem e mulher; trata-se de um conceito revolucionário.

Partindo de um contexto histórico geral, veremos que foi somente a partir do Século XIX que a sexualidade humana passou a ser dividida de forma binária. Os estudos de Thomas Laqueur (1990) mostram que a distinção entre heterossexual e homossexual não existia, a noção de corpo era unissexuada. No entanto, conforme Laqueur, afirmava-se que “as mulheres eram essencialmente homens, nos quais uma falta de calor vital – de perfeição – havia resultado na retenção interna de estruturas, que nos machos eram visíveis” (p. 4). Ou seja, a mulher era um reflexo defeituoso e imperfeito do homem. Embora se relacionassem majoritariamente com o sexo oposto, esse comportamento não era um determinante para formar a identidade. Mas o relacionamento gay era passível de reprovação ou punição, pois conforme Falquet (2006) as relações entre pessoas do mesmo sexo eram consideradas pecaminosas.

Com a Revolução Francesa, homens e mulheres passaram a ser diferenciados de forma biológica para justificar as desigualdades entre os sexos (LOURO, 2005). Assim, a ciência produziu um discurso capaz de regular papéis e comportamentos sociais e sexuais com base em uma suposta diferenciação corporal e mental entre o sexo masculino e o feminino. É o que Foucault (1996) chama de “dispositivos de sexualidade”. Diante disso, todo e qualquer indivíduo que tivesse comportamentos diferentes do que se considerava “normal” para homens e mulheres era visto como problemático, defeituoso e descartável (PRADO E MACHADO, 2008).

O aumento do prestígio das ciências dá origem a uma nova categoria: o homossexual. Médicos, filósofos e pensadores estabeleceram diferenças entre

sujeitos e suas práticas sexuais, estabelecendo o apropriado e o saudável, mas agora de forma patológica e não mais com o viés pecaminoso (LOURO, 2005). Mas, em determinados aspectos, o discurso científico se alinhava ao discurso da igreja. Sobre isso, Falquet elucida:

Muitas religiões também são responsáveis por condenar absolutamente tudo o que não serve explicitamente à reprodução. Portanto, relações sexuais e amorosas entre as mulheres quase sempre são tabus ao mesmo tempo, severamente condenadas e invisíveis. (FALQUET, 2006, p. 19)

Ainda de acordo com Adelman (2005), persistem no Ocidente as ideologias das grandes religiões, como o catolicismo, o judaísmo e o protestantismo, de modo que o modelo familiar que instituiu a organização social se baseia em um relacionamento heterossexual e monogâmico, sob vigília da igreja e orientado para a procriação. O sexo, portanto, era um instrumento meramente reprodutivo e o prazer sexual veementemente condenado. A autora também conclui que, diante disso, não é de se espantar que a relação sexual entre pessoas do mesmo sexo causasse tanto repúdio nas instituições conservadoras da sociedade.

Nesse período, começam as tentativas de explicar o fenômeno da homossexualidade. Surgem as tentativas de cura (ADELMANN, 2000) e os estudos que partiam de modelos heterossexuais, desconsiderando completamente o universo particular das mulheres, como explica Wittig (2005). Assim, para contrapor o sujeito homossexual, foi definido que o natural é sentir-se atraído pelo sexo oposto, ou seja: a heterossexualidade é o instinto “normal”. Qualquer desvio nesse sentido passa a ser encarado como anômalo (ADELMANN, 2000).

Diante disso, é possível concluir que o discurso hegemônico da burguesia, que era quem essencialmente produzia o conhecimento, inferiorizava e discriminava quaisquer outras experiências sexuais e sociais. São, portanto, relações de poder, como propõe Foucault (1996).

É somente na segunda metade do Século XX que esses conceitos começam a ser debatidos de outra forma. Organizações LGBT (lésbicas, gays, bissexuais e transexuais) iniciaram um movimento que questionava as formas de poder e dominação que norteavam a sociedade, como explica Wittig (2005).

O lançamento de *O Segundo Sexo* em 1949 é um marco das discussões sobre o sexo feminino e os papéis atribuídos às mulheres ao longo da história. Nesse sentido, Falquet ressalta:

No pensamento Ocidental, foi apenas recentemente que as pessoas começaram a atribuir uma personalidade e uma identidade sexualmente específicas e (relativamente) fixas, com base em suas práticas sexuais. Assim, progressivamente, a categoria e a denominação *lésbicas* começou a ser reconhecida. (FALQUET, 2006, p. 19-20)

Como já vimos, o final dos anos 1960 foi um período em que eclodiram protestos em diversos países. Intelectuais, estudantes, artistas, homossexuais, mulheres, jovens e pessoas de diferentes grupos sociais se expressaram contra os arranjos sociais e políticos vigentes (LOURO, 2005). Emergiu nesse momento a chamada “Revolução Sexual”, termo que Anthony Giddens (1993) utilizou para denominar a transformação social que deu origem a novos questionamentos sobre a sexualidade e os preconceitos.

A segregação social e política a que estavam submetidas as mulheres lésbicas fez com que fossem invisibilizadas e silenciadas, como explica Louro (2005). Mas a efervescência desse período fez com que surgissem livros, jornais e revistas de cunho feminista que deram espaço para estudos, ensaios e artigos sobre a discriminação vivenciada por essas mulheres. Para hooks (2018), essa luta é uma parte muito importante do feminismo:

Desafiar a homofobia sempre será uma das dimensões do movimento feminista. Porque não há como haver sororidade sustentável entre as mulheres enquanto lésbicas forem desrespeitadas por mulheres heterossexuais e subordinadas a elas. (HOOKS, 2018)

É importante ressaltar que há uma diferença entre o termo gay e lésbica, pois como Falquet (2006) nos conta, embora a palavra homossexual caracterize pessoas que se relacionam sexual e amorosamente com o mesmo sexo, as estruturas sociais condicionam homens e mulheres a espaços e vivências diferentes.

O feminismo mostrou que a opressão patriarcal coloca as mulheres em uma posição social diferente dos homens em quase todas as culturas conhecidas. Para viver seu corpo, exercitar sua sexualidade e simplesmente viver, as mulheres estão em condições muito menos vantajosas do que homens, mesmo se eles forem gays. O uso do termo

lésbica evita, portanto, confusão entre práticas que, embora sejam todas homossexuais, não têm o mesmo significado, as mesmas possibilidades e, acima de tudo, o mesmo alcance político de acordo com o sexo. (FALQUET, 2006, p. 22)

Por esse motivo, não é de se surpreender que o feminismo precisava de interseccionalidades, pois o modelo político universal de mulher não representava a todas. Algumas autoras como Joan Scott e Judith Butler aceitaram o desafio de debater e pesquisar a fundo as questões que fazem as trajetórias de negras, lésbicas, indígenas e trabalhadoras terem características e reivindicações próprias, conforme explicam Prado e Machado (2008).

Por aqui, “a história do feminismo lésbico brasileiro solidifica-se principalmente a partir do final da década de 1970, início da década de 1980”, conforme explica Sarmet (2018 *apud* LESSA, 2007). A autora relata a existência de três momentos distintos do movimento lésbico no Brasil: o primeiro buscava a dissociar as mulheres lésbicas das heterossexuais e dos gays, uma luta que era expressada principalmente nas páginas do periódico ChanaComChana, sobre o qual falaremos no próximo capítulo. O segundo momento foi o que Lessa denominou como “onguização”, que compreende o período pós ditadura militar e foi caracterizado pela profissionalização desses grupos de discussão e formulação de políticas públicas por meio de ONGs. Sarmet (2018) salienta que “Temos, nesses dois períodos, a criação de datas importantes para o feminismo lésbico brasileiro: 19 de agosto, Dia Nacional do Orgulho Lésbico, e 29 de agosto, Dia Nacional da Visibilidade Lésbica”. Por fim, o terceiro momento, ainda de acordo com Sarmet (2018 *apud* LESSA, 2007) seria “a midiatização e proliferação das imagens e representações, com a criação de sites, redes (ABL, LBL²), listas de discussão e uma maior presença na televisão”.

A participação cada vez mais atuante de mulheres lésbicas, articuladas com os movimentos feministas, promove o rompimento entre o público e o privado: antes condenadas aos lares, à clandestinidade e ao silêncio, as lésbicas estão tendo suas vozes ouvidas. Ainda que nos anos 2000 tenha havido uma certa quietude no movimento lésbico, isso não significa que suas militantes tenham parado de se articular. Conforme explica:

² Siglas para Articulação Brasileira de Lésbicas e Liga Brasileira de Lésbicas.

Em 2003, houve a fundação da Liga Brasileira de Lésbicas (LBL) e, no ano seguinte, a Articulação Brasileira de Lésbicas (ABL), só para citar alguns exemplos, mas o movimento não conseguiu manter o mesmo vigor das décadas anteriores. (SARMET, 2018)

Ainda de acordo com a autora, em 2015 o movimento lésbico volta a ter maior notoriedade com a explosão do feminismo, principalmente por meio das redes sociais. Seria a quarta fase do movimento no Brasil. Sobre isso, Sarmet comenta:

Como características específicas desse novo momento, podemos elencar o uso intenso das redes sociais como plataforma de comunicação; as festas como agenda política; a exaltação de uma cultura lésbica do orgulho; a volta de coletivos atuantes; e a importância de pautas antes extremamente invisibilizadas, como o racismo, a gordofobia e a transfobia. (SARMET, 2018)

Se anteriormente a pauta das mulheres lésbicas era pela busca de aceitação e pela reivindicação de direitos, hoje o contexto já permite que essas mulheres não tenham que se esconder. Seria o momento, segundo Sarmet, de exaltar a sapatonicidade:

Para as gerações anteriores, foi extremamente importante a centralidade de discursos que remetiam ao amor, à igualdade e ao inatismo da orientação sexual, de modo que o sexo e o prazer em geral ficavam de fora do espectro político em nome de uma agenda legítima pautada por discursos de aceitação e reivindicação de direitos. Hoje, começamos a abandonar os discursos de normalização e de enquadramento das nossas afetividades dentro da respeitabilidade e da heteronormatividade, de modo que agora já não buscamos mais não “parecer” lésbicas, mas exaltar a sapatonicidade, nossos desejos e prazeres. Trata-se de uma estratégia identitária articulada sobretudo em espaços de sociabilidade, diversão e entretenimento, antes vistos como dimensões “apolíticas” dos discursos, mas que sempre estiveram presentes e foram de extrema importância na formação de todas nós enquanto sujeitas que amam, gozam e fazem de suas vivências um ato político. (SARMET, 2018)

Bell Hooks pondera em seu livro que a busca pela libertação das mulheres e a libertação sexual andam de mãos dadas. Mas a autora faz um alerta:

Uma mulher não se torna feminista simplesmente por ser lésbica, da mesma forma que não se torna política por ser lésbica. Ser membro de um grupo explorado não torna ninguém mais inclinado a resistir. Se assim fosse, todas as mulheres (e isso inclui todas as lésbicas do planeta) teriam tido vontade de participar do movimento de mulheres. (HOOKS, 2018)

A presença das mulheres lésbicas nos espaços de luta feminista fez com que o movimento pudesse olhar para além da heterossexualidade, conforme explica hooks (2018). Independentemente de suas identidades e da orientação sexual, o feminismo precisa acolher e discutir as inúmeras questões que cerceiam a vida do sexo feminino na sociedade. Acostumadas a sofrerem duplo preconceito, por serem mulheres e por serem lésbicas, suas vivências merecem ser observadas e estudadas sob outro ponto de vista.

4 DA IMPRENSA FEMININA À IMPRENSA FEMINISTA: UM HISTÓRICO

O surgimento da imprensa feminina e do feminismo no Brasil acontecem quase ao mesmo tempo, já que ao serem alfabetizadas, as mulheres se apoderaram da leitura e do pensamento crítico (DUARTE, 2017). Ainda segundo a autora, a alfabetização e o contato com a literatura fizeram com que as mulheres começassem a tomar consciência da condição inferior à que estavam condicionadas pelo sexo, fazendo emergir os primeiros textos reflexivos e engajados.

Como já citado anteriormente, a vinda da família real foi o estímulo necessário para que a imprensa no Brasil começasse a se desenvolver. A partir disso, a instrução do sexo feminino passa a não ser mais encarada como uma heresia, as mulheres pertencentes à elite começaram a ser alfabetizadas e o quadro de pensamento começou a se alterar (DUARTE, 2017). Começaram a surgir as primeiras publicações voltadas ao público feminino, que segundo Buitoni, ofereciam conteúdos ligados a à moda e literatura:

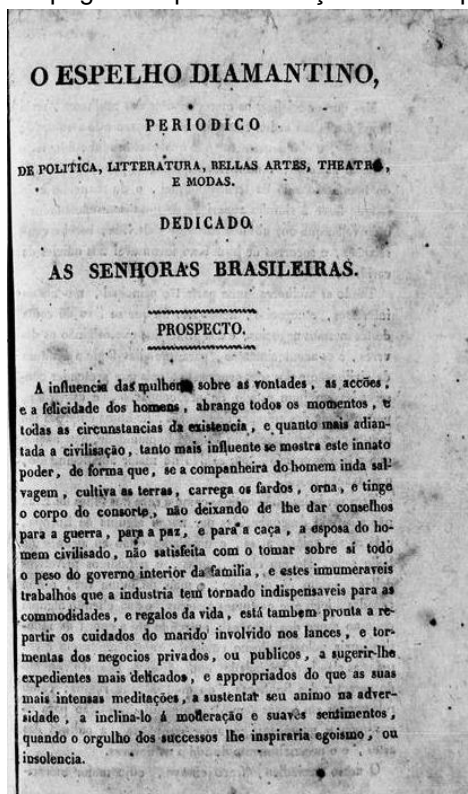
A existência da corte passou a influir na vida da mulher do Rio de Janeiro, exigindo-lhe mais participação. O Rio estava deixando seu caráter provinciano para ser uma capital em contato com o mundo. Dentro deste contexto, a moda assumiu grande importância para a mulher que morava nas cidades, ainda mais se fosse na corte. As tendências europeias eram copiadas e aí entra o fato imprensa, primeiro com a importação de figurinos vindos de fora e depois com a publicação, aqui, em jornais e revistas que reproduziam gravuras de moda. A necessidade estava criada; havia, portanto, um mercado. Foi por isso que as primeiras publicações dirigidas à mulher no Brasil traziam moda. Jornalismo feminino, nessa época, significava moda e literatura (BUITONI, 2009, p. 31- 32).

Buitoni (2009) distingue a imprensa feminina da imprensa feminista de modo que a primeira é dirigida às mulheres e trata de assuntos que supostamente as interessam, levando em conta os papéis sociais atribuídos a elas em cada período histórico, sendo usada como uma ferramenta para reafirmar essas posições; e a segunda defende as causas de gênero e serve como suporte para as disputas políticas, propondo rupturas sociais.

É nesse contexto que começam então a surgir as primeiras publicações direcionadas às mulheres no Brasil. O Espelho Diamantino, de 1827, é pioneiro ao trazer editoriais totalmente direcionadas ao público feminino. Logo no editorial de sua primeira edição, chama a atenção o modo como o periódico se

apresentava, uma publicação que era “dedicada às senhoras brasileiras” e que tinha como objetivo “promover a instrução e o entretenimento do belo sexo desta corte apresentando-lhe as notícias e novidades mais dignas de sua atenção” (p.3). Em relação à política, sua abordagem seria “indulgente e conciliadora como as amáveis pessoas à quais nos destinamos”; em literatura haveria “variedade e obras com finais morais e narrativas interessantes”.

Figura 1 - Foto da primeira página da primeira edição de O Espelho Diamantino



Fonte: Biblioteca Digital Luso-Brasileira (2000-)

Além de abordar temáticas específicas, que estariam relacionadas ao “universo das mulheres”, como comportamento, saúde, educação, moda e beleza, a imprensa feminina, ao longo de sua trajetória, teve uma forma peculiar de encarar o “novo”. Conforme explica Buitoni (1990), em um primeiro momento, as publicações estavam sob o signo da literatura; depois se associavam mais à moda, com diversos periódicos que traziam moldes de costura e falam sobre as novidades da área. Isso nos mostra que, diferente do conceito de atualidade do jornalismo tradicional, a imprensa feminina tinha um certo distanciamento da notícia, do factual. Ainda segundo Buitoni (2009, p. 195), “O novo da imprensa feminina trabalha num nível secundário, na aparência. Não é vanguarda, não

inova. Sua aspiração máxima é ser a novidade que venda. É o novo que não pertence à arte; é o novo que serve ao consumo”.

O jornalismo feminino dessa época não tratava a realidade com viés jornalístico de apuração, investigação, entrevistas. Limitava-se aos assuntos mais banais, como moda, literatura, família e comportamento, sem se aprofundar muito e focando na atualidade. Ou seja: não havia contexto histórico nos conteúdos. As páginas das revistas se limitavam à artigos e textos literários que pouco contextualizavam a mulher nos cenários políticos, econômico e social, contribuindo para que elas se mantivessem alheias a muitas coisas importantes, como seu próprio papel na sociedade.

Diante disso, poderíamos indagar: Por que assuntos como política, economia e sociedade não eram vistos nas páginas das publicações destinadas ao público feminino? Como vimos anteriormente, as mulheres não participavam da vida pública. Seu universo era a casa, a família e a igreja. Os outros espaços e as discussões intelectuais não as alcançavam em virtude da segregação social e do sexo a que estavam submetidas. Estes periódicos, como veremos a seguir, atuaram como medidores dos costumes e estruturas sociais de suas épocas.

O já citado *O Espelho Diamantino* é então o primeiro periódico com editorias dedicadas às mulheres. Ainda em sua primeira edição, trazia uma afirmação forte para a época: “conservar as mulheres em estado de estupidez, pouco acima dos animais domésticos é uma empresa tão injusta quanto prejudicial ao bem da humanidade”. Cabe ressaltar que *O Espelho Diamantino* surgiu no mesmo ano em que foi autorizada a abertura de escolas para meninas.

Fora do eixo carioca, em 1831 foi criado o *Espelho das Brasileiras* em Recife, considerado o segundo jornal feminino do Brasil. Na mesma cidade posteriormente surgiram o *Jornal de Variedades* (1835) e *Rellator de Novelas* (1838), colocando a capital de Pernambuco em um espaço de destaque na imprensa feminina e na atividade intelectual da época. Voltando ao Rio de Janeiro, em 1839 foi criado o *Correio das Modas*, que durou apenas dois anos. Tratava-se de um periódico semanal que abordava literatura, crônicas de bailes e teatro e trazia também figurinos europeus pintados à mão. Um pouco mais tarde, em 1849, foi criado *A Marmota*, um jornal literário, de moda e também variedades, que foi um sucesso entre o público feminino. Foi pioneiro em trazer

litografias impressas de figurinos, que até então eram processadas somente em Paris.

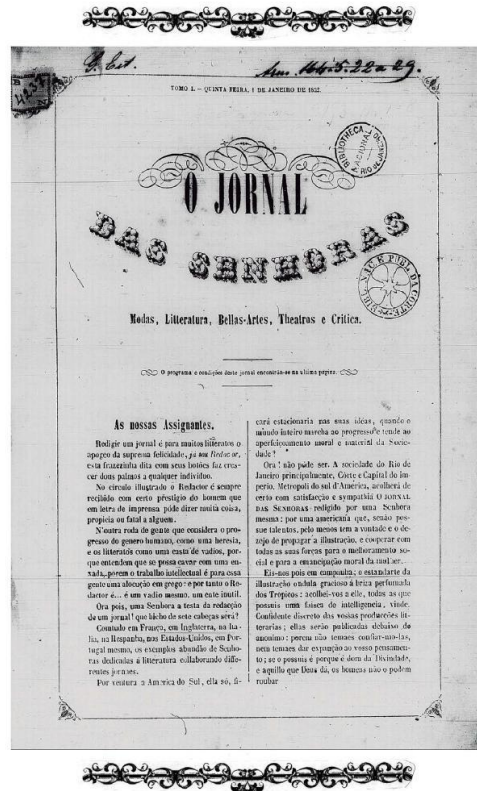
Em 1852 nasceu o *Jornal das Senhoras*, primeiro periódico escrito por mulheres e para mulheres, um marco na história da imprensa feminina. Dirigido por Joana Paula Manso de Noronha, é considerado vanguardista por abordar questões relacionadas às capacidades e necessidades das mulheres, conforme explicam Berger e Heuser (2015). Era editado aos domingos, tinha como subtítulo “Modas, literatura, belas artes e crítica”, e enquanto projeto, apresentava-se com o objetivo de “propagar a ilustração e cooperar com todas as suas forças para o melhoramento social e para a emancipação moral da mulher” (*JORNAL DAS SENHORAS*, 01 jan. 1852, p. 1). A publicação demonstrava em relação ao papel atribuído às mulheres, defendia o direito à educação e reconhecia que a mentalidade da sociedade condicionava o sexo feminino a um papel previamente estabelecido.

O *Jornal das Senhoras* também tinha uma coluna de moda, escrita e assinada pela alcunha de Christina, que descrevia e opinava sobre as últimas tendências de vestuário. Na quinta edição, a autora da coluna critica a tentativas das brasileiras em copiar os modelos franceses.

Não é feito aqui no Rio de Janeiro, porque Deus não nos deu o *dom* especial de idear, combinar, e executar modas com essa graça, originalidade e gosto delicado, que para ellas tem os Parisienses, e ninguém mais. Temos sim actualmente quem os possa copiar com perfeição (já não é tão pouco) mas a invenção é, e será sempre dos Francezes. (*JORNAL DAS SENHORAS*, n. 5, 1852, p. 34).

Percebe-se uma certa dicotomia no discurso. De acordo com Lima (2012), o mesmo jornal que se posicionava contra os preconceitos de gênero, também fazia com que seu público duvidasse de suas capacidades. De várias formas, o *Jornal das Senhoras* acabou contribuindo para que as estruturas sociais se mantivessem, incentivando as mulheres a fazer sacrifícios em nome do amor e da família, atos esses que eram vistos como a verdadeira missão feminina.

Figura 2: Foto da primeira página da primeira edição do Jornal das Senhoras



Fonte: Biblioteca Digital Luso-Brasileira (2000-)

O Sexo Feminino emerge em 1873, diferenciando-se dos demais já no próprio nome, que não ressaltava nenhuma das características tradicionalmente atribuídas às mulheres, como a fragilidade e a delicadeza. Suas ideias eram baseadas na causa feminista, embora o movimento no Brasil ainda fosse quase inexistente. Enquanto publicação, se colocava como porta-voz da luta por educação, instrução e emancipação das mulheres, procurando fazer com que elas se enxergassem como indivíduos pensantes e críticos capazes de reavaliarem seu papel social (BANDEIRA, 2012).

A partir desse cenário, Sullerot (1963 apud BUITONI, 2009) sugere que a imprensa feminina no Brasil teve três fases distintas, em um movimento semelhante ao que ocorreu na França. Segundo Buitoni (2009), no Século XVIII, as leitoras eram as damas aristocráticas que possuíam acesso à leitura; no século seguinte, com o início das lutas feministas, a mulher não só consome a imprensa feminina como passa a fazer parte dela, escrevendo, editando e coordenando periódicos; e no Século XX, a leitura transforma a dona de casa em consumidora. Sullerot ainda divide a imprensa feminina em duas categorias:

a dos deveres e a dos direitos, sendo que segunda ganha mais força com o movimento sufragista no início dos anos 1900.

Ainda de acordo com Bandeira (2012), mesmo que essas publicações lutassem pelo direito das mulheres, eram direitos limitados à maternidade, à educação, à moda e às manifestações literárias. Acabavam reforçando os papéis da mulher enquanto mãe, dona de casa e esposa, conforme vimos anteriormente, de modo que é possível classificar tais periódicos como imprensa pré-feminista.

No contexto brasileiro, a passagem do Século XIX para o Século XX representa um avanço para a imprensa feminina. O avanço da tecnologia e a produção industrial de jornais permitiu que a fotografia fosse incorporada às publicações, que também ganharam mais qualidade de impressão. Como já citado, é nesse momento que o jornalismo se transformou em negócio, buscando gerar lucro e ter maior alcance. E como também vimos anteriormente, nessa época o movimento feminista no Brasil se intensificou, manifestando-se por meio da literatura, da música e da imprensa como o sexismo e a segregação de gênero as impediam de ter os mesmos direitos civis que os homens.

Antes da virada do século, no entanto, em 1897, surgiu *A Mensageira*. A publicação, editada pela feminista Presciliana Duarte de Almeida, circulou até 1900 e se apresentava como uma "revista literária dedicada à mulher brasileira". Ela merece destaque porque não abordava assuntos ordinários como moda, trabalhos manuais ou culinária, mas dava ênfase para a produção literária feminina, contando também com artigos que abordavam a posição social da mulher e os preconceitos enfrentados por elas, alertando-as do estado de submissão em que viviam. Na edição de 15 de outubro de 1899, já um comentário intitulado *O Feminismo* que abordava a ampliação do mercado de trabalho para as mulheres:

O Diário popular acaba de assentar praça nas fileiras do feminismo; e por esse arrojo, não regateamos aplausos à ponderada folha vespertina. O caso da Dra. Mirthes de Campos trouxe para o terreno dos fatos a questão abstrata dos direitos da mulher. E o Dr. Viveiros de Castro mostrou-se, mais uma vez, coerente consigo mesmo. Abrir também ao belo sexo a função da advocacia constitui um simples corolário da liberdade profissional, que a Constituição da República sabiamente consagrou. Não seria congruente que as nossas patrícias pudessem, como podem, conquistar nas academias um diploma científico e ficassem, ao mesmo tempo, privadas da eficácia desse

diploma, tão duramente conquistado. Com que fundamentos vedariam à mulher o campo da atividade honesta, se a nossa péssima organização social não a pode muitas vezes salvar dos horrores da miséria ou das especulações do vício? (A MENSAGEIRA, 15/10/1899)

No entanto, Kamita (2004), aponta que A Mensageira refletia alguns conflitos da época. Ao mesmo passo em que defendia uma educação de qualidade para capacitar e permitir uma maior participação da mulher no mercado de trabalho, também alegava que essa instrução seria útil para a criação dos filhos. Rosana Kamita complementa:

Os textos eram fundamentados em argumentos que de certa forma corroboravam com o preconceito em relação à mulher, ou seja, a educação feminina era defendida porque assim ela teria condições de exercer com maior competência seu papel de mãe e criar filhos que seriam melhores cidadãos. Em um segundo momento, no entanto, os argumentos pautavam-se na necessidade de uma educação à mulher que lhe permitisse participar do mercado de trabalho, ideal partilhado por muitas feministas da época, que consideravam esse o caminho para a autonomia feminina econômica e intelectual. (KAMITA, 2004, p.2)

Já no Século XX, em 1914 surgiu a Revista Feminina, que circulou até 1936 e foi criada por Virgilina de Souza Salles. Essa publicação foi precursora das modernas publicações femininas, pois explorou seu público de uma forma até então inédita. A revista pertencia ao grupo Empresa Feminina Brasileira, fabricante de inúmeros produtos voltados para as mulheres, como livros de romance e culinária, cosméticos e outros produtos de beleza, acessórios e utilidades domésticas. As páginas da Revista Feminina eram recheadas de ofertas das mercadorias da empresa, transformando-se em um exemplo de publicidade para a época. A publicação funcionava a base de assinaturas, estimulava as leitoras a participar de sorteios e concursos e chegou a vender entre 20 e 25 mil exemplares mensais, um número muito significativo para a época. Além disso, cabe destacar que a diagramação era inovadora para o período histórico e cada edição tinha em média 90 páginas. Nesse sentido, Buitoni complementa que:

Como produto editorial, a Revista Feminina se destaca pela sua formulação mais completa, qualidade que até então os veículos dedicados às mulheres ainda não haviam encontrado. Com efeito, as folhas e revistas femininas traziam moda e literatura; algumas traziam conselhos na área de educação e higiene e seções pequenas de beleza, culinária, etc. Mas não existia uma revista inteiramente

dedicada à mulher, com um número razoável de páginas. [...] Portanto, a *Revista Feminina* foi um veículo que explorava mais a potencialidade se deu público ao oferecer uma maior variedade de seções que ocupavam um espaço razoável. (BUITONI, 1990, p. 39)

A eclosão da Primeira Guerra Mundial na Europa gerou reflexos na imprensa feminina brasileira. As revistas e jornais da época noticiavam os horrores da guerra e principalmente a morte de soldados, fazendo com que as leitoras, mesmo distantes geograficamente dos acontecimentos, sentissem compaixão e dor pela perda de filhos, maridos, irmãos e familiares durante os combates. Isso abre espaço para um novo tipo de narrativa, conforme explica Buitoni, ao analisar um artigo da Revista da Semana:

A Primeira Guerra Mundial abalou essa década. No Brasil, a imprensa estava, na sua maioria, ao lado dos aliados, assim como quase todos os escritores: Coelho Neto, Bilac, Medeiros e Albuquerque. A guerra era o principal noticiário do exterior e aparecia em todos os jornais e revistas. O conflito não foi experimentado fisicamente aqui; no entanto servia até de comparação com outras calamidades, como a epidemia de 1918 que deixou milhares de vítimas de Rio de Janeiro e que motivou um artigo de Iracema na sessão 'Cartas de Mulher' na "Revista da Semana". (BUITONI, 2009, p. 43)

A sessão Cartas de Mulher da Revista da Semana era assinada pelo pseudônimo de Iracema. De acordo com Savelli (2003, p. 268), "O conteúdo dos artigos é o dia a dia da mulher, incentivando-a a atuar mais ativamente na sociedade: há críticas, defesa, conselhos, sempre direcionados ao sexo feminino, mas abre espaço a cartas de leitores de ambos os sexos, que são reproduzidas na própria coluna". Buitoni (2009) nos mostra então, através da análise desse artigo específico, que a dor das mães brasileiras com a perda de seus filhos pela epidemia fez com que as mulheres leitoras dos jornais e revistas se unissem em torno da valorização da mulher enquanto mãe. A autora observa que é nessa mesma época que surge o movimento sufragista no Brasil, exigindo o direito ao voto, como já vimos no capítulo anterior.

Essas movimentações acabaram reverberando nas revistas femininas, ampliando o espaço de discussão e reflexão sobre o papel da mulher na sociedade. Diante dessa análise, Buitoni (2009) concluiu que a representação da mulher na imprensa feminina começou a mudar: a mulher-mãe-sofredora passou a ser vista com mais frequência nas reportagens, nos relatos e nos

artigos dos periódicos. A busca da independência através do sofrimento seria um importante alicerce das lutas feministas que se dariam a partir de então.

A década de 1920 traz consigo o movimento modernista e o desejo de transformar as expressões culturais do Brasil. A Semana de Arte Moderna, que surgiu em 1922, propôs uma nova forma de pensar que incluía arte, engajamento político e um certo nacionalismo que agitou a imprensa da época, dando origem a publicações que são símbolo desse movimento, como a revista Klaxon e a Revista de Antropofagia. Também surgiram nesse momento as publicações Vida Doméstica (1929), A Maçã (1922), Renascença (1923), Shimmy (1925), A Cigarra (1924) e O Cruzeiro (1928). Conforme Buitoni:

A efervescência do modernismo traduziu-se, em termos editoriais, numa série de revistas literárias que apareceram durante a década, extravasando em texto parte deste movimento cultural mais amplo que atingiria todas as formas de expressão artística. (BUITONI, 2009, p. 48)

Na década seguinte, as mulheres brasileiras finalmente alcançaram o direito ao voto. Mas a implementação do Estado Novo em 1937 comprometeu os avanços democráticos, principalmente pela criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), que acabou estabelecendo limites para a cultura brasileira. O controle do governo sobre a literatura e o jornalismo criou muitas tensões, afetando consideravelmente a produção editorial da época. Além das mudanças sentidas na imprensa, outros meios de comunicação se modificavam, como o rádio. É nos anos 1930 que os custos para aquisição do aparelho diminuem, e o alcance das ondas de transmissão aumentam, possibilitando que mais residências brasileiras tivessem o equipamento. É também nesse período que surgiram as radionovelas, um produto originalmente norte-americano, mas que conquistou um público considerável no Brasil, principalmente feminino.

Nos anos 1940, a influência da cultura dos Estados Unidos sobre os meios de comunicação se acentuou. As revistas passaram a dar mais espaço para fotografias de personalidades hollywoodianas, que transmitiam o *way of life* dos americanos, conforme explica Buitoni (2009). Por outro lado, a literatura, a poesia e as notícias da guerra perderam espaço nas publicações, criando um sentimento de distanciamento para com os conflitos armados da Segunda Guerra Mundial. Nesse sentido, Buitoni destaca:

Na década de 40, o jornalismo norte-americano expandiu-se. As agências mandavam material que era traduzido e raramente adaptado. O texto vinha assinado por nomes estrangeiros; as fotos também. Hollywood difundia o otimismo como padrão, mesmo em plena guerra. Revistas como 'O Cruzeiro' que possuía uma razoável dose de nacionalização, com reportagens escritas e fotografadas no Brasil, e muita ilustração desenhada por artistas brasileiros, também não escapavam à avalanche americana nos meios de comunicação de massa, processada principalmente via cinema. Metro, Columbia, Warner, Fox, Paramount, RKO, eram as emissoras de fotos e textos que traziam informações sobre artistas ou até pequenas histórias protagonizadas por eles (por exemplo, três starlets encontrando Papai Noel em pessoa, no 'O Cruzeiro', de dezembro de 42. (BUITONI, 2009, p. 73)

Nessa década, os veículos femininos começaram a se aproximar ainda mais da mulher, buscando uma linguagem atual, estabelecendo os ideais de beleza das atrizes de Hollywood como um novo padrão. As revistas passaram a segmentar melhor seus públicos, pois entenderam que se haviam consumidoras mais luxuosas, havia também uma parcela menos elitizada que também poderia consumir os produtos editoriais. Um exemplo é a revista Grande Hotel (1947), que atingiu uma parcela mais popular da população e foi pioneira na publicação de histórias de amor em quadrinhos, algo que pode ser considerado como precursor das fotonovelas. Conforme explica Buitoni (2009), essa publicação foi responsável por inaugurar a literatura sentimental popular e vendia em torno de um milhão de exemplares semanalmente.

Figura 3: Capa da revista Grande Hotel n. 680



Fonte: Arquivo Histórico Regional da Universidade de Passo Fundo (2015)

Em 1952, a editora Abril lança a revista *Capricho*³, que vai se tornar um marco da imprensa feminina no Brasil. Embora as fotonovelas já não fossem novidade nessa época, a *Capricho* inovou ao publicar histórias completas em uma mesma edição enquanto outras publicações fracionavam as narrativas em várias edições. Isso garantiu um sucesso gigantesco entre as leitoras, fazendo com que a *Capricho* se tornasse uma das revistas mais vendidas da época. Esse êxito de vendas reflete os anseios das moças daquele tempo: com o fim da Segunda Guerra Mundial e a difusão do cinema americano, as meninas passam a sonhar e idealizar uma espécie de homem perfeito e uma família feliz, tal qual viam nas telas de cinema e nas fotonovelas.

Os anos 1960 chegam e nesse período, a indústria da imprensa feminina já obedecem aos padrões consumistas, estampando em suas páginas um grande número de propagandas e anúncios, conforme explica Buitoni:

A mulher já havia sido introduzida na sociedade de consumo. As revistas femininas trazem cada vez mais anúncios, a atestar a capacidade compradora de seu público. Mais páginas a cores, mais 'reportagens' de moda, matérias ensinando a comprar melhor eletrodomésticos, etc, etc.: o projeto editorial de cada veículo dirigido às mulheres tem em vista o consumo em primeiro lugar. Contos, culinária, psicologia, conselhos de beleza não são escolhidos por si; tudo o que vai dentro de uma revista, ou está ligado diretamente a um produto (moda e maquiagem, por exemplo), ou serve de atrativo para que a revista seja comprada e com isso divulgue a publicidade nela contida. O conteúdo é, portanto, instrumental: serve a objetos empresariais bem delimitados. (BUITONI, 2009, p. 93)

Essa é também uma década importante para os movimentos de contracultura, que começam a se articular e questionar ainda mais a posição da mulher na sociedade. Como já vimos, alguns fatores como o aumento da escolaridade, a inserção no mercado de trabalho e a difusão de métodos anticoncepcionais foram determinantes para modificar o pensamento de muitas mulheres. Mas é também nessa época que o Brasil vive um momento político turbulento com o golpe militar de 1964.

A censura dá força à imprensa alternativa e independente, como vimos anteriormente, e o clima sócio-político motiva as publicações femininas a

³ A revista *Capricho* surge em 1952 e nessa primeira fase, destina-se à mulher jovem. A partir dos anos 1990 ela passa a se comunicar com o público adolescente. Atualmente, a revista existe somente em formato *online*.

demonstrar a insatisfação das mulheres que já não se contentavam com o papel de “mãe e dona de casa”, como ressalta Buitoni (2009). As reportagens de algumas revistas, como a *Claudia*⁴(1961), traziam assuntos como divórcio, sexo, questionavam a mulher-objeto da sociedade patriarcal e valorizavam progressivamente a emancipação da mulher. É também nessa publicação que começam a ser veiculados artigos de Carmem da Silva, que defendem que a “mulher deve protagonizar sua própria vida, que ela deve deixar de ser ‘vívuda pela vida’” (BUITONI, 2009, p. 106). Carmem da Silva foi uma escritora e jornalista gaúcha que manteve a coluna *A Arte de ser Mulher* na revista *Claudia* entre 1963 e 1985. No espaço, a autora abordava mensalmente temas polêmicos como casamento, infidelidade, divórcio, aborto, maternidade e orgasmo. É considerada uma precursora na abordagem da questão feminina com um viés progressista. Esses artigos ganham força entre o público feminino e impulsionam, ainda que de forma lenta, os movimentos feministas.

Os anos 1970 chegam trazendo novos questionamentos e lutas com o movimento hippie e o feminismo. Buitoni (2009) nos mostra que a imprensa feminina da época trazia dois aspectos predominantes: consumo e sexo. A autora afirma que as publicações desse período se assemelham a um catálogo de produtos, com uma espécie de “liberdade” alcançada por meio de tratamentos de beleza e produtos cosméticos. Por outro lado, o interesse crescente da mulher pela sua sexualidade, impulsionada pela difusão dos métodos para evitar a gravidez, geraram uma demanda por conteúdo que foi sendo incorporada às páginas das revistas.

Em paralelo, emergiram os periódicos independentes, onde era possível vislumbrar a realidade das mulheres operárias e estudantes. E é no contexto da luta contra a ditadura militar que nasceram as primeiras publicações de cunho feminista no Brasil. O primeiro jornal a circular no país foi o *Nosotras*, que era editado e publicado na França pelo Grupo Latino-Americano de Mulheres em Paris, fundado em 1971 e que incluía exiladas brasileiras. Com periodicidade irregular, o primeiro exemplar foi produzido em janeiro de 1974 e o último no final de 1976. O jornal tinha a proposta de discutir as teorias do feminismo e criar a consciência de gênero nas leitoras, conforme explicam Berger e Heuser (2015).

⁴ A revista *Cláudia* surge em 1961 com a proposta de ser “a revista amiga” e tratar todos os assuntos do universo feminino. A publicação segue ativa até hoje, com edições mensais em formato impresso e digital.

Posteriormente surgiu também o Brasil Mulher (1975), que foi produzido pela Sociedade Brasil Mulher e teve 16 edições regulares e outras quatro extras até o ano de 1980. Já o jornal Nós Mulheres circulou entre 1976 e 1978, com um total de oito edições e com produção da Associação de Mulheres, que em uma de suas edições, enfatizou suas premissas:

Que as coisas fiquem claras: mantemos a firme convicção de que existe um espaço para a imprensa feminista, que denuncia a opressão da mulher brasileira e luta por uma sociedade livre e democrática. Acreditamos que a liderança da luta feminista cabe às mulheres das classes trabalhadoras que não só são oprimidas enquanto sexo, mas também exploradas enquanto classe. No Brasil, dada à incipiência da organização de todos que lutam por uma sociedade democrática e, em particular, da organização das mulheres, essa liderança ainda não foi assumida. E esse é o grande desafio que enfrentamos. (NÓS MULHERES, n.7, março de 1978, p. 2)

Tanto o Brasil Mulher quanto o Nós Mulheres funcionavam como um instrumento de divulgação dos coletivos que os produziam, que lutavam tanto por Anistia internacional quanto por liberdades democráticas, creches para os filhos, condições igualitárias de trabalho e pelo direito ao aborto. Araújo (2000) reforça que esses jornais feministas foram inovadores não apenas em termos de linguagem, de reivindicações e de propostas, mas também na forma de divulgar uma visão de mundo e uma nova concepção de política.

As feministas desses dois jornais tinham posicionamento político majoritariamente alinhado à esquerda, sendo que muitas delas viviam na clandestinidade ou tinham experiências com exílio, tortura e prisões arbitrárias no período da ditadura militar. Um pouco mais tarde, em 1981, com apoio da Fundação Ford e da Fundação Carlos Chagas, surgiu Mulherio, considerado o jornal que faz a ponte entre duas gerações de jornais feministas, segundo define Cardoso (2004). A primeira geração engloba o Brasil Mulher e o Nós Mulheres. Nessa segunda fase, encabeçada por Mulherio, a noção de gênero e os temas relacionados à sexualidade aparecem de forma mais enfática.

Cardoso (2004) destaca o ChanaComChana e o Fêmea. O ChanaComChana teve sua primeira edição em 1981 e estava vinculado ao Movimento Lésbico-Feminista (MFL), pregando o direito à diferença. O jornal circulou durante toda a década de 1980, com periodicidade bastante instável.

Cardoso ressalta que as discussões promovidas pelo periódico eram bastante avançadas para a época:

O ChanaComChana era muito de vanguarda para a época, ele trazia uma abordagem da questão de gênero muito radical e profunda, diferente do feminismo praticado até então. Podemos discutir de o ChanaComChana teve uma grande influência no pensamento da época, mas com certeza incomodou bastante e plantou algumas sementes por aí. Ele introduziu o conceito de diferença dentro do Movimento Feminista. (CARDOSO, 2004, p. 48)

Já o jornal Fêmea, que também faz parte dessa segunda geração, era produzido pela ONG Cfemea (Centro Feminista de Estudos e Assessoria), localizada em Brasília. Foi fundado em 1992 e se iniciou com uma publicação bimestral, com tiragem de 100 exemplares. Mas com o passar do tempo, ganhou força política, institucional e financeira, como aponta Cardoso (2004). A autora ainda ressalta que o periódico:

Agrega três fortes características da segunda geração da imprensa feminista: 1) ser editada por ONG; 2) ter financiamento de entidades internacionais e do Estado; 3) cobrir o tema “mulher” no Congresso Nacional, ou seja, uma abordagem legislativa da questão de gênero, firmando a importância da abordagem de gênero e a tendência à especialização por tema. (CARDOSO, 2004, p. 48)

O jornal Fêmea chegou até a edição número 178 e deixou de ser produzido somente em 2014. Foi distribuído gratuitamente desde o seu nascimento e com a chegada da internet, disponibilizava cada nova impressão em formato *online*. Segundo Cardoso:

É interessante observar que não há meios termos ou meias palavras nos objetivos de Fêmea, ele é totalmente voltado para o feminismo, sem se deixar levar pela urgência das “questões mais gerais”, que tanto perseguiram os periódicos da primeira geração. (CARDOSO, 2004, p. 49).

Ainda assim, a imprensa na década de 1990 não estava voltada somente para o feminismo. Embora trouxessem à tona os problemas reais, com informação e também mobilização, as revistas também continuavam a falar sobre beleza e padrões de comportamento. É, afinal, uma das contradições da imprensa feminina: ao mesmo tempo que democratiza o conhecimento e

contribuiu para promover a revolução sexual, aconselha as mulheres a colocar próteses como uma conquista de identidade, conforme explica Buitoni (2014).

Com a democracia novamente instaurada, o Brasil gozava de um momento de liberdade, refletida nas páginas das revistas femininas. O sexo, que já era um tema consolidado nos periódicos, cede um pouco de espaço às reportagens sobre AIDS e uso de preservativos. Buitoni ressalta também que o fim da Guerra Fria e a consolidação do capitalismo fizeram com que as revistas se tornassem “peças fundamentais na concretização da sociedade de consumo” (BUITONI, 2009, p. 141).

Os anos 1990 também representam um avanço nas publicações voltadas especificamente ao público feminino adolescente. As revistas *Capricho*, *Atrevida* e *TodaTeen* são exemplos de sucesso no Brasil, dialogando com meninas na faixa dos 10 aos 19 anos, principalmente. Abordavam uma infinidade de temas que se relacionavam com a vida das jovens leitoras, como moda, música, cinema, comportamento, saúde e beleza. Uma das características das revistas direcionadas ao público jovem é a de trazer, a cada edição, um pôster de músicos, bandas e atores de sucesso da época, conforme explica Figueira (2002). Lembremos que a *Capricho* já existia desde a década de 1950, mas passou por uma grande reformulação, deixando de lado as fotonovelas – responsáveis por seu grande sucesso – e passando a produzir matérias de moda, beleza, comportamento e sexo, que interessavam ao seu mais novo público: as mulheres de 15 a 29 anos

Figura 4: Capa da primeira edição da revista *Capricho* em 1952



Fonte: Fundação Biblioteca Nacional (2014)

Figura 5: Capa da revista *Capricho* em janeiro de 2010



Fonte: Fundação Biblioteca Nacional (2015)

Em 2005, a tiragem da *Capricho* era de 183.370 exemplares, sendo que quase um terço tinha como destino as assinantes e o restante vendido de forma avulsa⁵. Nessa época, a revista era quinzenal e tinha uma missão autodefinida de “informar e formar garotas de atitude”. A marca *Capricho* foi licenciada e deu origem a produtos diversos, como roupas, perfumes, material escolar e biquínis.

⁵ Dados da PubliAbril, que era o guia de veículos e preços para publicidade, de todas as revistas da Editora Abril.

A primeira década de Século XXI representou mais um momento de auge da revista, tal qual havia ocorrido nos anos 1950, mostrando que a adaptação da *Capricho* aos novos tempos permitiu que ela seguisse circulando.

Hoje, a *Capricho* deixou de circular em formato físico. Sua marca segue licenciada para produtos diversos, mas o conteúdo é disponibilizado apenas no site da revista.

4.1 Novo milênio: novas perspectivas para a imprensa feminina

A virada de século traz a internet e um intercâmbio de informações até então inimaginável. As revistas femininas não escaparam desse processo de modernização e precisaram se adaptar aos novos tempos, criando sites e posteriormente fazendo parte das redes sociais. Em 2000 surge a revista *TPM*, voltada para mulheres adultas e trazendo temas como política, direitos da mulher (e do homem) e até ecologia, conforme explica Buitoni (2014). A autora ainda ressalta que uma característica da *TPM* é que ela incentivava campanhas com suas leitoras: a união em torno de causas coletivas para uma ação comum.

A primeira década do Século XXI é caracterizada então por incentivar as mulheres a esculpirem o corpo (BUITONI, 2014). Ginástica, dietas, plásticas: tudo é ensinado nas páginas das principais revistas femininas, como a *Cláudia* e a *Marie Claire*. A mulher podia comprar o corpo que quisesse ter, e essa era a máxima da época. Buitoni (2014, p. 43) ainda afirma que “a luta contra o espartilho de 1900 transformou-se em submissão à tecnologia de modelagem do corpo”. Se o movimento modernista, como vimos, tinha uma proposta de valorizar a beleza natural, os anos 2000 propunham o contrário. Nesse sentido, Buitoni complementa:

Pouco a pouco, a reconstrução do corpo feminino pela mutilação ou pelo acréscimo de próteses foi se tornando algo tão simples como um corte de cabelo. Mais ainda: transformou-se num objeto de desejo. O silicone nas mamas, um padrão claramente norte-americano, foi absorvido pelas mulheres brasileiras. E o Brasil transformou-se em campeão mundial de cirurgias plásticas. (BUITONI, 2014, p. 43)

Sobre a obsessão pelo corpo perfeito, Lipovetsky (2000) pondera que desde a Antiguidade havia um culto à beleza que se dava com a utilização de

maquiagens e óleos na tentativa de esconder certas imperfeições. Já em nossa época, o consumo de cosméticos cresceu vertiginosamente a partir do início do Século XX. Com isso, o autor ressalta que a preocupação feminina em parecer jovem e estar dentro dos padrões estéticos vigentes não é um fenômeno recente. Lipovetsky, no entanto, chama atenção para o papel das revistas femininas na manutenção e na imposição desses padrões:

A estética da magreza ocupa evidentemente um lugar preponderante no novo planeta beleza. Os periódicos femininos são cada vez mais invadidos por guias de magreza, por seções que expõem os méritos da alimentação equilibrada, por receitas leves, exercícios de manutenção e modelagem do corpo. Prolifera a publicidade em favor dos produtos emagrecedores, da mesma maneira que os livros sobre os regimes: em 1984, cerca de trezentas obras de regimes foram publicadas na América, e uma dúzia delas foi *best seller*. (LIPOVETSKY, 2000, p. 131-132)

Ainda segundo o autor, “duas normas dominam a nova galáxia feminina da beleza: o antipeso e o antienvelhecimento” (p. 134). Para Lipovetsky, isso explicaria o sucesso das revistas femininas da época, pois se a cada dia eram lançados novos produtos e surgiam novas dietas que poderiam garantir a “beleza eterna”, era preciso que a mulher estivesse atenta e bem informada. No entanto, o filósofo ressalta que não podemos encarar as mulheres leitoras dessas revistas como seres passivos e dominados: elas ainda são protagonistas de suas escolhas, mesmo dentro de um sistema estético padronizado.

Como vimos anteriormente, nesse período a *Capricho* é uma das revistas mais vendidas no Brasil. Embora de forma mais sutil, a revista também reforça beleza e corpos ideais para adolescentes. Com dicas de produtos e tutoriais de exercícios físicos que poderiam garantir o corpo do verão, matérias como “Corpão, eu quero! Barriga definida, perna torneada e bumbum durinho. Esse é seu plano para o verão? Vai dar tempo, mas comece os exercícios agora!” (REVISTA CAPRICHÓ, nov. 2011, n. 1135) ilustravam as páginas da revista. Cabe observar que essa reportagem foi publicada já na década de 2010, onde nos encontramos nesse momento. Diante disso podemos concluir que a imprensa feminina continuou dando ênfase à estética corporal mesmo com o passar do tempo.

A expansão da internet e a democratização de seu uso nos tornaram usuários contínuos de computadores e smartphones. O surgimento de diversas

redes sociais transformou o modo como as revistas femininas interagem com seu público e as obrigou a migrar cada vez mais para o ambiente digital. A pesquisa de Freire (2013 *apud* KAISER & KONGSTED, 2005) para explicar que passam a existir os sites agregados (que sobrepõem parte do conteúdo da versão impressa) e os sites destino (que oferecem uma experiência diferente, com novos formatos e aplicativos). De acordo com Freire (2013), no entanto, a maioria desses sites ainda tinham a versão impressa como grande referência e não faziam uso de todas as potencialidades da internet.

A Revista AzMina, por exemplo, nasceu no ambiente totalmente digitalizado dessa década. Em sua apresentação, se coloca como “uma publicação *online* e gratuita para mulheres de A a Z. Nela, há jornalismo investigativo acessível, de qualidade”. O formato de revista que vimos até o momento não faz parte dessa publicação. AzMina é um site, dividido em seções, totalmente virtual. Como explica Freire (2013), esses produtos são autossustentáveis porque não se ancoram em edições impressas e nem sempre são formatadas em PDF⁶, embora se ancoram nas práticas jornalísticas e façam uso do webjornalismo como ferramenta de trabalho. Para o autor, a revista pode ter aspecto de site ou pode ser uma espécie de híbrido, mesclando arquivos em PDF e possibilitando que o acesso seja feito em diferentes plataformas e equipamentos.

A reconfiguração das revistas é uma característica deste novo cenário. Embora não tenha o formato tradicional de revista que vimos até aqui, AzMina se intitula dessa forma. E, veremos mais adiante, que a forma de sustentabilidade econômica de plataformas como essa também se adaptou aos novos tempos, tendo como exemplo o método de financiamento da Revista AzMina.

⁶ *Portable Document Format* (sigla em inglês). É um formato de arquivo que pode ser utilizado para acessar documentos em diferentes tipos de softwares, equipamentos e sistemas operacionais.

5 A MATERNIDADE LÉSBICA NA MÍDIA

No capítulo dois, falamos sobre algumas das principais categorias de jornalismo existentes, incluindo a segmentação do jornalismo alternativo, que se coloca como um contraponto aos veículos tradicionais da grande mídia. Discorreremos no capítulo três sobre a história do feminismo e os contextos históricos e sociais em que as lutas das mulheres começaram a ser travadas. Nesse mesmo capítulo, abordamos o feminismo lésbico, uma das interseccionalidades dessa teoria política e social. Todos esses referenciais teóricos serão importantes para construir a análise desta monografia, pois nosso alvo de pesquisa é uma revista feminista e independente, que se encontra *online*.

Como também vimos anteriormente, na história da imprensa feminina e feminista no Brasil, a evolução das tecnologias e a chegada da internet fizeram com que as revistas femininas se adaptassem aos novos tempos. Aquelas que já existiam em formato físico tiveram que desenvolver o formato digital e algumas delas – como é o caso da *Capricho* – hoje são desenvolvidas só para formatos digitais ou são encontradas como uma plataforma em forma de site.

Diante disso, este trabalho se propõe a analisar como são as abordagens de matérias sobre maternidade lésbica em veículos da grande mídia e em uma revista feminista e independente.

5.1 A Revista AzMina

A Revista AzMina, escolhida como veículo feminista e independente para esta análise, surgiu de um financiamento coletivo no ano de 2015. Com o valor de R\$ 50.000,00 que foi arrecadado, o site foi criado e as primeiras reportagens foram financiadas. Foram ao todo 603 doadores que tornaram possível a existência da Revista AzMina. O carro-chefe da primeira edição foi uma reportagem investigativa sobre as condições de trabalho precárias em fábricas de roupas na China e editorial inspirado em mulheres históricas, como a artista mexicana Frida Kahlo e Dandara dos Palmares. AzMina encabeçou, junto com outros veículos, em janeiro de 2016, uma campanha contra o assédio no carnaval e lançou um guia didático de diferença entre paquera e assédio, que foi

distribuído em diversos blocos carnavalescos nas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo.

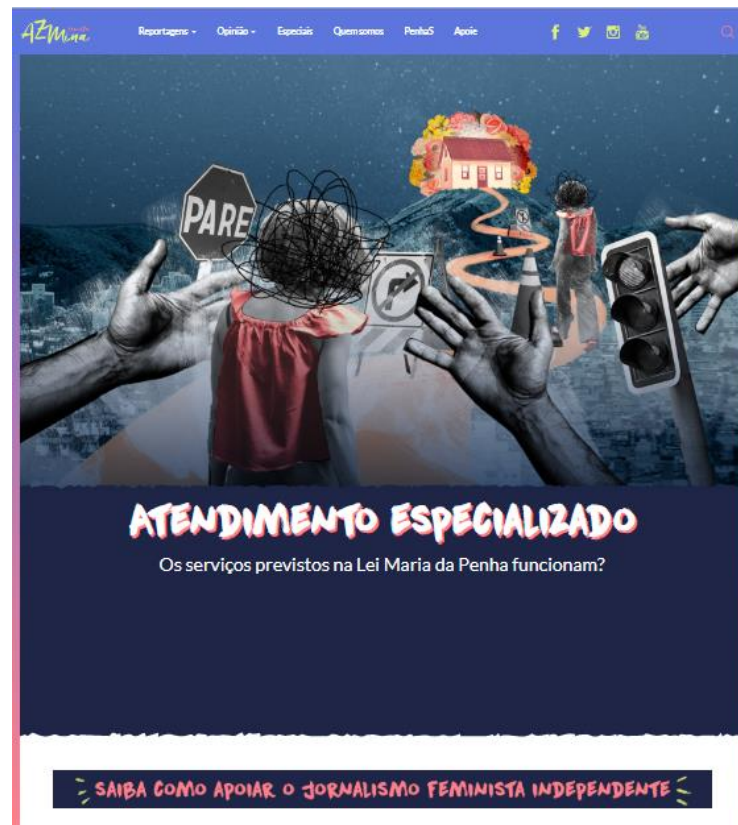
Em setembro do mesmo ano, AzMina foi selecionada pelo fundo MamaCash para desenvolver o aplicativo “As Penhas”. Ele reúne, na mesma plataforma, o compartilhamento de informações, o diálogo em um ambiente seguro e a participação da sociedade através da criação de grupos de proteção a mulheres que sofrem violência. O aplicativo foi lançado em março de 2019.

Além do aplicativo e das reportagens, AzMina viabilizou também um curso *online* e totalmente gratuito, intitulado “O professor como peça-chave na prevenção do abuso sexual”, desenvolvido com apoio da ONU Mulheres e da ONG Childhood, em outubro de 2016.

A Revista AzMina foi reconhecida como melhor projeto jornalístico em 2017 e levou para casa o Troféu Mulher Imprensa. Diversas matérias e séries de reportagens já foram premiadas e AzMina também viabiliza bolsas anuais para a produção de matérias com temáticas feministas, através de *crowdfunding* e do apoio de fundações nacionais e internacionais. Além disso, duas webséries foram ao ar entre 2017 e 2019, tratando de temas como política, racismo, mercado de trabalho, gordofobia e moda.

Na sessão “Quem Somos” do site, AzMina se intitula como “um instituto sem fins lucrativos que combate os diversos tipos de violência que atingem mulheres brasileiras”. Seus produtos são a revista digital e um app de enfrentamento à violência doméstica, além de campanhas, palestras, eventos e consultorias.

Figura 6: Visão da homepage do site da Revista AzMina em novembro de 2019



Fonte: Site da Revista AzMina (2019)

A Revista AzMina foi escolhida para esta análise como objeto de estudo da mídia alternativa. Sendo um veículo independente, viabilizado através de campanhas de crowdfunding e projetos de fundações de proteção aos direitos humanos, AzMina também se intitula feminista. Esta pesquisa foi construída com base nos estudos sobre feminismo e imprensa feminina, portanto consideramos coerente que a análise tenha como objeto uma mídia independente e feminista, pois acreditamos que há uma diferença de discurso entre as mídias alternativa e tradicional, ainda mais quando um dos veículos se coloca como atuante pelos direitos das mulheres.

5.2 A metodologia: análise de discurso

De acordo com a pesquisa TIC Domicílios, realizada em 2018 e que afere dados sobre conexão à internet no Brasil, cerca de 70% dos brasileiros possuem acesso pleno à internet. Isso quer dizer que estão rodeados por ela em casa, no trabalho, na faculdade e também através do celular. Como meio de conexão, o

smartphone foi apontado como o mais usado pelo público: 97%. Dessa forma, estar disponível somente no ambiente digital já não é mais um empecilho para os veículos de comunicação. Torna-se cada vez mais comum o consumo de conteúdos por meio da internet e é justamente por isso que ter como objeto de estudo uma revista inteiramente digital não é uma grande limitação para o público leitor.

Sendo assim, o objetivo deste trabalho fazer uma comparação entre as abordagens da mídia tradicional e alternativa em reportagens sobre maternidade lésbica.

Foram escolhidas três matérias, uma na Revista AzMina, outra no Estadão e uma terceira no El País. O recorte se deu por considerar que AzMina traz em seu discurso o viés claro do feminismo; o Estadão possui abrangência e reconhecimento nacional; e o El País é um veículo internacional, com sucursais em diversos países. Sendo assim, seria possível analisar possíveis diferenças de discurso e enfoque em cada um dos objetos. Todas as matérias aqui analisadas foram encontradas nos respectivos sites dos veículos, embora o Estadão tenha uma versão impressa.

Cabe enfatizar que, em um primeiro momento, buscamos reportagens sobre maternidade lésbica em outras revistas femininas, como Marie Claire, Cláudia e TPM, pois faria mais sentido traçar comparativos da Revista AzMina com outras publicações voltadas para mulheres. No entanto, não foram encontradas reportagens que falassem sobre o tema em nenhuma delas. Em Cláudia e TPM, haviam apenas breves notícias sobre mães lésbicas que conquistaram na justiça o direito de ter licença-maternidade ou de registrar seus filhos com o nome das duas mães. E em Marie Claire não encontramos nenhuma menção.

Como metodologia, escolhemos a análise de discurso (Charaudeau, 2008) e Orlandi (2001), que vão nos auxiliar a identificar as abordagens nas três matérias escolhidas. Diante disso, poderemos verificar se há diferenças entre as reportagens e como se dão esses possíveis contrastes.

Patrick Charaudeau é um dos mais renomados especialistas em análise de discurso no mundo. É professor doutor de Ciências da Linguagem da universidade de Paris Nord, conforme mostra a sinopse de seu livro Linguagem e Discurso: modos de organização (2008). Eni Orlandi é uma linguista e

professora universitária brasileira. Foi pioneira, no final dos anos 1970, na análise do discurso no Brasil, de acordo com a orelha de seu livro *Análise de Discurso: Princípios e Procedimentos* (2001). Para ela:

A *Análise de Discurso*, como seu próprio nome indica, não trata da língua, não trata da gramática, embora todas essas coisas lhe interessem. Ela trata do discurso. E a palavra discurso, etimologicamente, tem em si a ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando. (ORLANDI, 2001, p. 15)

Charaudeau complementa, ao definir o que é informação, o item essencial do discurso:

A linguagem não se refere somente aos sistemas de signos internos a uma língua, mas a sistemas de valores que comandam o uso desses signos em circunstâncias de comunicação particulares. Trata-se de linguagem enquanto ato de *discurso*, que aponta para a maneira pela qual se organiza a circulação da fala numa comunidade social ao produzir sentido. Assim, pode-se dizer que a informação implica processo de produção de discurso em situação de comunicação. (CHARAUDEAU, 2006, p. 33-34)

Serão analisadas três reportagens.

Quadro 1: Reportagens analisadas

Título da reportagem	Editoria	Veículo
Maternidade lésbica	Especiais	Revista AzMina
“Eu doei os óvulos, ela engravidou, nós duas amamentamos”	Maternidade	El País
Para aumentar a família, casal homoafetivo opta por gravidez e adoção	Adoção	Estadão

Fonte: Elaborado pela autora (2019)

A partir do texto de cada matéria, analisaremos o discurso de cada uma das autoras para buscar diferenças e semelhanças entre as abordagens. A hipótese, portanto, é a de que existe diferença entre reportagens da mídia alternativa e tradicional. Mas a interpretação, como explica Charaudeau, não é uma ciência exata.

Assim, para o sujeito interpretante, interpretar é criar hipóteses sobre: (i) o saber do sujeito enunciadador; (ii) sobre seus pontos de vista em relação aos seus enunciados; (iii) e também seus pontos de vista em

relação ao seu sujeito destinatário, lembrando que toda interpretação é uma suposição de intenção. (CHARAUDEAU, 2008, p. 31)

Ao interpretar um discurso, estamos sujeitos a nossas próprias construções imagéticas e saberes acumulados. Um exemplo simples: se interpretamos um discurso cujo assunto nos é novo, teremos uma percepção. Quando nos deparamos com um texto sobre um tema que nos causa revolta, a interpretação será outra. O mesmo aconteceria com algum conteúdo que nos é familiar e para com o qual temos interesse pessoal.

Ainda assim, a análise de discurso é a metodologia mais adequada para o que esta pesquisa se propõe a fazer. Para que possamos comparar as abordagens é necessário olhar atentamente para os textos escolhidos na busca das hipóteses formuladas. Sobre isso:

Analisar um texto não é nem pretender dar conta do ponto de vista do sujeito comunicante, nem ser obrigado a só poder dar conta do ponto de vista do sujeito interpretante. Deve-se, sim, dar conta dos possíveis interpretativos que surgem (ou se cristalizam) no seu ponto de encontro dos dois processos de produção e interpretação. O sujeito analisante está em uma posição de coletor de pontos de vista interpretativos e, por meio da comparação, deve extrair constantes e variáveis do processo analisado. (CHARAUDEAU, 2008, p. 63)

Amparados em Charaudeau (2008) e em Orlandi (2001), pretendemos conduzir uma análise de discurso aprofundada, levando em consideração a linguística, os componentes da organização discursiva, os temas abordados e as ênfases que cada um dos textos traz.

5.3 Uma análise da maternidade lésbica na mídia brasileira

No decorrer das análises das três reportagens que abordam diferentes vieses da maternidade lésbica, foi possível observar que todas elas trazem personagens para ilustrar as narrativas. Ou seja: falar sobre mães lésbicas é mais fácil a partir das experiências dessas mulheres, que são diversas e mesmo assim podem se conectar.

É importante mencionar que só uma das matérias, a que está presente na Revista AzMina, faz parte de uma seção Especial, de grandes reportagens. A matéria do El País se encontra na editoria de Maternidade e a do Estadão está

na editoria de Adoção do blog Família Plural. Em nenhum desses veículos encontramos reportagens em longos formatos, o que nos mostra que não houve aprofundamento nas questões que cerceiam a maternidade lésbica.

No momento da realização deste trabalho, haviam 26 reportagens na seção Especial da Revista AzMina, sendo que desse total, duas abordam questões lésbicas: a matéria sobre maternidade, objeto desta análise, e uma reportagem sobre a saúde sexual da mulher lésbica.

Ao procurar por reportagens sobre maternidade lésbica no El País, encontramos também diversas notícias sobre mulheres lésbicas que conseguiram os direitos de licença-maternidade e de registrar na certidão de nascimento o nome das duas mães das crianças. Ao buscar no site o termo “maternidade lésbica”, recebemos 18 resultados, dentre eles a matéria que escolhemos para esta análise.

Buscar pelo mesmo termo no Estadão trouxe resultados parecidos, mas de modo geral, mais numerosos. Ao todo foram 58 resultados e, dentre esses, encontramos matérias que falavam sobre mulheres lésbicas no mercado de trabalho, no cinema e na literatura. Existem também reportagens semelhantes às que encontramos no El País, com temáticas noticiosas sobre licença-maternidade e registro de nascimento. Mas, em geral, este veículo oferece uma gama maior de temas sobre as vivências lésbicas.

O que nos impactou, de fato, foi não encontrar nenhuma reportagem relevante nas revistas brasileiras voltadas ao público feminino. Embora a Revista AzMina e essas outras publicações atinjam públicos diferentes, não trazer à tona reportagens sobre maternidade lésbica contribui para a invisibilização e estigmatização dessas mulheres perante uma parcela da sociedade. Sobre isso, Orlandi comenta:

Quando nascemos os discursos já estão em processo e nós é que entramos nesse processo. Eles não se originam em nós. Isso não significa que não haja singularidade na maneira como a língua e a história nos afetam. Mas não somos o início delas. Elas se realizam em nós em sua materialidade. Essa é uma determinação necessária para que haja sentidos e sujeitos. Por isso é que dizemos que o esquecimento é estruturante. Ele é parte da constituição dos sujeitos e dos sentidos. (ORLANDI, 2001, p. 34-36)

No subcapítulo em que falamos sobre o feminismo lésbico, discorreremos sobre a importância da presença e da voz das mulheres lésbicas no movimento.

Isso fez com que a sociedade reconhecesse as lésbicas e trouxe à tona as discussões sobre preconceito e marginalização. Portanto, ver que ainda existem veículos femininos que desconsideram as vivências dessas mulheres é no mínimo revoltante. Como Orlandi (2001) traz acima, já nascemos dentro de um processo discursivo e os sentidos e sujeitos são constituídos de forma individual, de acordo com o que chega até cada um de nós. O processo de “esquecimento” da mulher lésbica e conseqüentemente do que a rodeia, faz com que sua causa seja desconsiderada.

O Dia Nacional da Visibilidade Lésbica, comemorado sempre em 29 de agosto, procura romper com o histórico apagamento das mulheres lésbicas dentro do movimento feminista e LGBTQIA+⁷. Estabelecida por ativistas brasileiras, a data denuncia, além da invisibilização, as diversas violências psicológicas, simbólicas, físicas e econômicas sofridas por mulheres lésbicas em todos os espaços da sociedade. Assim, ano após ano, são promovidos encontros, debates, rodas de conversa e seminários que reúnem estudiosas e militantes da causa para discutir o cenário atual, os avanços necessários, as pequenas conquistas e articular ações e políticas públicas que possam contribuir para o aumento da qualidade de vida dessas mulheres.

Diante de tudo isso, é realmente consternante que não encontremos nenhuma reportagem relevante nas revistas femininas brasileiras. Há de se levar em consideração, claro, que estamos trabalhando com os sites dessas publicações e não foi realizada uma pesquisa nos periódicos físicos. Porém, consideramos que tais conteúdos, se existirem, deveriam estar disponíveis *online*, tal como estão as reportagens da Revista AzMina. A visibilidade lésbica deveria ser um compromisso da imprensa feminina como um todo.

5.3.1 Maternidade lésbica na Revista AzMina

Como já mencionamos, esta reportagem é a mais longa das que foram escolhidas para a análise. Foi escrita por Tamy Rodrigues e publicada em 13 de

⁷ Sigla para o movimento que reúne Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis ou Transexuais, Queer, Intersexo, Assexuais e outras possibilidades de orientação sexual e/ou identidade de gênero que existam.

maio de 2018, data em que foi comemorado o Dia das Mães naquele ano. O título é simples e direto: Maternidade Lésbica. Como linha de apoio, encontramos: “Os métodos, as escolhas, os custos e a burocracia. Os caminhos para ser uma mãe sendo uma mulher lésbica”.

A reportagem começa relatando uma situação pela qual duas mães lésbicas passaram com sua filha em um parque.

Figura 7: Trecho da reportagem Maternidade Lésbica da Revista AzMina

Era um domingo de piquenique em família no parque. Lara, então com quase 1 ano, engatinhou em direção ao cachorro da família ao lado. “Que olhos lindos ela tem! É sua filha?” , perguntou o dono do animal para Luciane, que assentiu com a cabeça. “Não que os seus olhos castanhos não sejam bonitos, mas que sorte ela ter herdado os genes do pai, né?”. Já se preparando para a reação do desconhecido, Luciane respirou fundo e respondeu: “São os genes da outra mãe dela, que também tem olhos claros”, apontando para Thayla, que observava a cena sentada a poucos metros dali. Um rápido levantar de sobrancelhas e um franzir de testa, acompanhados daquela coçadinha básica na cabeça, indicaram uma pane no sistema daquele homem. “Ué, mas quem é a mãe dela afinal?”

Fonte: Site da Revista AzMina (2018)

Este trecho inicial relata uma experiência que ainda é comum para muitos casais lésbicos com filhos. Ao colocar essa situação logo no primeiro contato do leitor com a reportagem, cria-se um sentimento de empatia imediato. Sobre isso:

Assim não são os sujeitos físicos nem os seus lugares empíricos como tal, isto é, como estão inscritos na sociedade, e que poderiam ser sociologicamente descritos, que funcionam no discurso, mas suas imagens que resultam de projeções. São essas projeções que permitem passar das situações empíricas – os lugares dos sujeitos – para as posições dos sujeitos no discurso. (ORLANDI, 2001, p. 39)

Mesmo que o leitor não tenha convivência com mulheres lésbicas, é possível criar um vínculo com as personagens logo no início. Nos parágrafos seguintes, a autora fala um pouco sobre a etimologia e o significado da palavra “mãe”, e os sentidos que estão atrelados a ela na contemporaneidade. Isso ajuda o leitor a entender como são construídas as imagens que temos sobre mães e o que nos leva a entranhar – ao menos em um primeiro momento – uma criança com duas mães.

Posteriormente, a autora se coloca no texto.

Figura 8: Trecho da reportagem Maternidade Lésbica da Revista AzMina

Apesar de ter um útero em plena condição para gerar um bebê, a natureza não me trouxe a possibilidade de fazer isso em conjunto com a mulher que eu amo, com quem escolhi dividir as belezas e os percalços da vida.

Fonte: Site da Revista AzMina (2018)

Quando falamos em Discurso, existe uma formação discursiva que traz consigo nossas ideologias e que se reflete no que dizemos ou escrevemos. Diante desse trecho, fica claro que a autora tem um envolvimento pessoal com o assunto, sendo ela uma mulher em um relacionamento lésbico. Quando temos vivências sobre determinada situação, estamos conseqüentemente mais aptos para falar sobre, mas também podemos estar mais afetados pelo contexto. Nesse sentido:

As formações discursivas, por sua vez, representam no discurso as formações ideológicas. Desse modo, os sentidos sempre são determinados ideologicamente. Não há sentido que não o seja. Tudo que dizemos tem, pois, um traço ideológico em relação a outros traços ideológicos. E isto não está na essência das palavras mas na discursividade, isto é, na maneira como, no discurso, a ideologia produz seus efeitos, materializando-se nele. O estudo do discurso explicita a maneira como linguagem e ideologia se articulam, se afetam em sua relação recíproca. (ORLANDI, 2001, p. 43)

Orlandi (2001, p. 43) ainda complementa, ao dizer que “todo discurso se delinea na relação com outros: dizeres presentes e dizeres que se alojam na memória”. Sendo assim, embora os autores escutem e escrevam o relato de seus personagens, o discurso certamente se deixa influenciar pelas vivências pessoais de quem está redigindo a reportagem.

No parágrafo seguinte, a autora apresenta alguns dados sobre o número de famílias homoafetivas formadas por duas mulheres no Brasil e, posteriormente, relata que o objetivo da reportagem “é detalhar os métodos e caminhos possíveis e mais utilizados para uma concepção que não vem no pacote da mãe natureza” (Rodrigues, 2018).

Para isso, uma série de relatos começam a ser contados para exemplificar experiências diferentes com a maternidade lésbica.

O primeiro relato é das personagens que já foram apresentadas no parágrafo inicial (Figura XX). Elas se tornaram mães a partir da inseminação

intrauterina, um método que utiliza hormônios para estimular a ovulação. Posteriormente são injetados espermatozoides, selecionados previamente, no útero da mulher para que pelo menos um dos óvulos liberados seja fecundado. Aqui, novamente a autora da reportagem se coloca em cena.

Figura 9: Trecho da reportagem Maternidade Lésbica da Revista AzMina

Era uma sexta-feira chuvosa. Thayla Rodrigues tratava de aquecer seu sutiã respingado de leite para conversar comigo enquanto a pequena Lara se debatia em seu colo, lutando contra o sono.

Fonte: Site da Revista AzMina (2018)

Depois, elas relatam como foi o processo de escolha desse método de inseminação e sua experiência. Também é trazida uma explicação de um especialista em reprodução humana assistida, com o intuito de corroborar e legitimar a fala das personagens. A fala de algum profissional é um recurso muito utilizado em textos jornalísticos para complementar ou contrapor o que as outras fontes estão falando. Logo depois, há um infográfico, resumindo os passos para realizar a inseminação uterina e uma foto das personagens com a filha, fruto desse método. A autora traz também alguns dados sobre as idades para as quais a inseminação uterina mostra resultados positivos e a que se devem esses números. Um último infográfico mostra a idade média com que as mulheres brasileiras têm se tornado mães pela primeira vez.

O segundo relato fala sobre outro método de inseminação, em que a mulher produz os óvulos e estes são aspirados. Posteriormente, os óvulos são fecundados por espermatozoides e então os embriões são transferidos para o útero. O mesmo especialista trazido anteriormente aparece mais uma vez, explicando para quem este recurso é indicado. Para falar sobre essa experiência, um novo casal lésbico é apresentado ao leitor. As personagens, que tiveram seus nomes trocados a pedido, relatam como se deu o processo e o procedimento que culminou no nascimento de seu filho Vítor.

Um novo especialista aparece neste relato, também explicando alguns processos mais técnicos do método. A autora, no entanto, alerta para o leitor que existe uma maior possibilidade de aborto em fecundações realizadas por inseminações. Na sequência, ela informa que há um tipo de exame prévio que pode indicar se a mulher tem mais ou menos chances de ter um aborto. O

especialista aparece mais uma vez para frisar que essa análise genética é complexa e cara. Como é o profissional que está dizendo isso, a informação ganha um peso maior para o público.

Na sequência, a autora fala um pouco sobre os então doadores de espermatozoides. A reportagem informa que no Brasil existem dois bancos de sêmen, sendo um nacional e outro americano. Ela apresenta um dado sobre a preferência das mulheres, que revela o maior interesse por sêmens do banco estrangeiro, pois é possível ter mais informações sobre as características físicas dos doadores.

Figura 10: Trecho da reportagem Maternidade Lésbica da Revista AzMina

Uma das prováveis explicações para esse fenômeno diz respeito à maior possibilidade de escolha das características do doador (e por um valor não muito acima dos praticados em território nacional). Há bancos que informam hobbies, habilidades técnicas, signo do zodíaco e, até mesmo, disponibilizam uma foto do homem quando criança. De acordo com uma determinação do Conselho Federal de Medicina e da Anvisa, em qualquer processo de reprodução assistida, o doador deve ser **totalmente anônimo** e não ter nenhum tipo de contato com a criança gerada do procedimento, assim como as mães também não terão acesso ao cadastro do doador. Além disso, no Brasil, a venda de esperma é proibida por lei.

Fonte: Site da Revista AzMina (2018)

Nota-se que o termo totalmente anônimo se destaca em negrito, enfatizando no discurso que não há possibilidade nenhuma de contato com os doadores. No entanto, a seguir, tomamos conhecimento sobre uma outra prática de inseminação. A autora conta sobre a existência de um grupo no Facebook em que homens oferecem seu sêmen para casais de mulheres lésbicas que queiram engravidar, através de uma doação ou por preços muito mais baixos do que nas clínicas de fertilização. Para relatar essa experiência, mais duas personagens são apresentadas e contam sua experiência nesse método caseiro, que deu origem ao filho Murilo. Um dos homens que participa do grupo e que teve seu nome trocado a pedido, fala sobre o que o motiva a ser um doador.

Figura 11: Trecho da reportagem Maternidade Lésbica da Revista AzMina Carlos* também é um participante ativo no grupo e afirma já ter auxiliado vários casais de mulheres. “Faço as doações porque não acho justo que casais de meninas não possam ter filhos por não terem condições de arcar com o procedimento em clínica. Sempre penso se isso deveria ser um fator limitante para alguém ser pai ou mãe. Eu venho de uma família pobre e, se ter esse dinheiro fosse condicionante para a maternidade, eu nem estaria aqui.”, conta. Ele afirma nunca manter contato com os casais após a doação e que, se a tentante prefere um doador que acompanhe ativamente a criança, ele indica a coparentalidade, pois talvez as expectativas sejam melhor atendidas nessa modalidade familiar.

Fonte: Site da Revista AzMina (2018)

É a primeira vez que encontramos uma fala masculina que se posiciona no texto. Até então haviam as falas dos especialistas – ambos homens – mas nenhuma participação ativa na reportagem. O protagonismo das histórias contadas até aqui é todo das mulheres, mas neste caso, em que há uma participação mais ativa do homem no processo de fertilização, a autora escolheu trazer a visão do doador de sêmen para o texto. No jornalismo, aprendemos que é importante dar voz a todos os lados. Até então, a relevância do sexo masculino era menor, mas nesse tipo de método, em que o casal e o doador se encontram, a figura deste doador se materializa, torna-se mais real. É importante ouvir o que essa pessoa tem a dizer sobre o assunto.

No relato seguinte, é abordado outro tipo de maternidade, que não envolve gestação: a adoção. Um novo casal é apresentado pelo leitor, contando os motivos que as levaram a optar pelo método adotivo. Sempre há uma breve contextualização dos casais, em que ficamos sabendo há quanto tempo estão juntos, onde moram e como decidiram ter filhos. As personagens trazem um ponto interessante para a reportagem, que é o fato de que até no âmbito lésbico, a maternidade é enxergada como sendo mais legítima se ela se der por meio da gestação.

Figura 12: Trecho da reportagem Maternidade Lésbica da Revista AzMina

“A adoção ainda é considerada um tabu e movimenta medo nas pessoas. Mesmo no meio lésbico, as pessoas falam com mais interesse sobre fertilização do que sobre adoção. No Facebook, tem um grupo chamado Maternidade Lésbica onde, em geral, os posts falam de inseminação, caseira ou artificial. É como se a construção da maternidade fosse mais legítima por essa via, mas não é”, diz Clara.

Fonte: Site da Revista AzMina (2018)

Até então, todos os discursos tinham sido o de maternidades “convencionais”, em que existe a fecundação do óvulo, a gestação e o parto. É importante salientar que a autora apresenta ao leitor uma “alternativa”. E quando a personagem fala sobre o tabu da adoção, ela dá legitimidade ao processo a partir de sua vivência, algo que a repórter não poderia fazer. A valorização dessa experiência se dá através do discurso.

A seguir, as personagens relatam as etapas do processo de adoção e os muitos percalços encontrados. As explicações da autora são mescladas com os depoimentos do casal, que reforçam os problemas enfrentados. Na sequência, há um infográfico que detalha e resume as fases pelas quais passam os interessados em adotar. Aqui, o modo como é discurso é construído nos faz criar novamente um laço empático com as personagens, pois conseguimos perceber, através da construção do texto, que embora elas desejem muito adotar uma criança, encontram inúmeras barreiras, principalmente burocráticas. Formamos, a partir disso, uma visão negativa do processo judiciário de adoção e passamos a nos questionar por que ainda não há um modo de acelerar o procedimento adotivo.

Como alternativa, a autora informa que existe a possibilidade de participar de outro programa de adoção, que visa encontrar famílias para crianças com mais de sete anos e adolescentes. Em seguida, ela explica como se dá essa busca e quais são as etapas. Pela maneira de escrita do texto, podemos entender que esse tipo de adoção é mais rápido e menos burocrático para os casais lésbicos. Depois disso, uma advogada aparece como fonte, falando sobre a importância da conscientização das pessoas sobre o ato de adotar. É a primeira vez que temos uma especialista feminina na reportagem.

Na sequência, conhecemos outra forma de maternidade, que envolve um casal gay e duas amigas. A personagem principal dessa história é Vanessa, uma

mulher lésbica e solteira que desejava muito ser mãe, mas descartou as inseminações. Os motivos eram financeiros e também o desejo de que a criança tivesse a figura de um pai. Assim, ela propôs que seu amigo “Pedro”, que era casado com “Fernando”, realizasse uma inseminação caseira com ela. O esposo de “Pedro” já havia tido um filho com sua amiga “Laura”, através do mesmo processo. Assim, o leitor toma conhecimento de um novo termo: a coparentalidade. Não existe relacionamento entre essas pessoas, mas sim a divisão das funções parentais.⁸

Embora a história possa parecer um pouco confusa para o leitor no início, pois estamos diante de um relato que envolve mais pessoas, o discurso é construído em um tom de normalidade. Em nenhum momento a autora parece achar o método inadequado ou impróprio, o que contribui para que o público também encare a escolha dessas pessoas como algo possível. Mais adiante, a autora fala um pouco sobre o conceito de coparentalidade e se apoia na fala de uma psicóloga. Novamente temos uma especialista mulher na reportagem. A seguir, aparece o relato de uma nova personagem, que conta sobre a sua iniciativa de criar um site em que se fala abertamente sobre coparentalidade. Nessa mesma plataforma, é possível fazer parte de uma comunidade em que homens e mulheres podem se encontrar para se tornar parceiros de parentalidade.

A fonte – uma mulher, mais uma vez – ajuda a ilustrar o desejo tanto da personagem anteriormente apresentada quanto de outras tantas pessoas que desejam ter filhos e não conseguem e não desejam envolver-se em um relacionamento para realizar esse sonho. Novamente podemos notar que o discurso construído através das falas dessa personagem é de normalidade e aceitação da escolha dessas pessoas.

No penúltimo relato da reportagem, a maternidade se deu por acaso, embora houvesse o desejo do casal de mulheres, que mantinha um relacionamento aberto. Uma das personagens saía com um rapaz de forma esporádica e em um determinado dia, resolveram sair juntos. Dessa saída houve a concepção de Nina. A filha é criada por suas duas mães, o pai resolveu não

⁸ Aqui usamos aspas pois haviam muitos personagens e o leitor poderia não entender o contexto, a menos que lesse a reportagem analisada. Preservamos os nomes que estavam na reportagem e os colocamos entre aspas, já que se tratam de nomes fictícios.

assumir esse papel e o casal respeita a decisão dele. Mas disseram estar abertas caso um dia ele deseje participar da vida da menina.

Aqui percebemos um cuidado redobrado da autora em tratar a questão com bastante naturalidade. Por se tratar de um encontro à três, que pode ser encarado de forma negativa pelo leitor, era preciso tratar o assunto sem dar muita ênfase. Mas também foi utilizada uma fala da personagem para tornar o ato da concepção ainda mais especial.

Figura 13: Trecho da reportagem Maternidade Lésbica da Revista AzMina

“Eu nem estava no meu período fértil e já fazia mais de 6 anos que eu saía com ele. O fato de eu ter engravidado na primeira vez em que a Rô esteve junto foi algo bem significativo pra nós duas”, diz Lígia.

Fonte: Site da Revista AzMina (2018)

No trecho acima, podemos perceber como essa frase pode ter o caráter de amenizar possíveis julgamentos sobre a forma como a criança foi concebida. Como já falamos anteriormente, toda a reportagem vem sendo construída de modo que as mulheres não sejam julgadas por suas escolhas ou condutas. Esse cuidado é importante, pois há também o compromisso da repórter em não promover um discurso que possa prejudicar suas fontes, embora o leitor, é claro, esteja livre para fazer seus julgamentos durante ou após a leitura. A seguir, encontramos a segunda foto da reportagem, do casal de mães com sua filha.

As personagens também relatam que houve estranhamento das pessoas para com a gravidez, pois os amigos e familiares próximos sabiam da existência do relacionamento aberto e pelo fato de que a concepção era necessariamente fruto de uma relação sexual com um homem. Aqui o leitor entra em contato com uma vivência que pertence a essas duas mulheres, mas que reflete o modo como a sociedade – e até mesmo o círculo social mais íntimo – concebe uma gravidez em casais de lésbicas. Também ao longo da reportagem, nos deparamos com falas que nos trazem essas vivências tão particulares e que corroboram para que possamos nos dar conta dos diversos tipos de preconceitos que atravessam a maternidade lésbica.

Diante de todas as possibilidades apresentadas para a maternidade lésbica, a autora agora parte para uma explicação um pouco mais técnica sobre o que as mulheres devem fazer assim que escolhem o método mais adequado

para a sua realidade. Primeira ela mostra o caminho e as dificuldades daquelas que escolherem o Sistema Único de Saúde (SUS) para a realização de inseminações. Assim como ocorreu no relato sobre adoção, em que o discurso direcionava nosso olhar negativo sob o sistema judiciário, aqui somos levados a pensar criticamente sobre as burocracias e os impeditivos encontrados no SUS.

A autora nos mostra que, embora exista a possibilidade de realizar inseminação pela rede pública de saúde, ainda é preciso que as pacientes paguem por medicamentos ou até mesmo pelo sêmen, que como frisou a reportagem, só é adquirido através de dois bancos privados. Trazendo novamente uma especialista mulher para corroborar com o discurso, ficam ainda mais evidentes as deficiências do sistema de fertilização no SUS.

Depois, a autora mostra como podem ser feitas as reproduções assistidas em clínicas particulares. Ela fala sobre as etapas (exames, procedimentos, uso de medicamentos) e relata quais são os valores aproximados para cada um dos métodos. A reportagem encaminha-se para o final, cumprindo sua função de informar em uma única reportagem, todas as informações mais básicas e essenciais, fazendo com que o leitor não precise fazer pesquisas secundárias, pois o principal sobre o assunto está disponível para ele na matéria.

Na sequência, encontramos o relato de suas mães que puderam registrar seus nomes na certidão de nascimento do filho. A lei, que havia sido recentemente aprovada, permite que casais homoafetivos possam registrar voluntariamente a maternidade ou paternidade de seus filhos em cartório, sem precisar recorrer à justiça para isso. Mas ainda há questões burocráticas para o caso de registro de nascimento com o nome de duas mulheres. Assim como aconteceu outras vezes na reportagem, a fala de uma das mães aparece para direcionar nosso olhar negativo sobre a lei que foi aprovada com problemas.

Figura 14: Trecho da reportagem Maternidade Lésbica da Revista AzMina “Fui diversas vezes ao cartório levando e trazendo papéis até conseguir regularizar a certidão”, ressalta. O processo levou um mês e talvez teria levado ainda mais tempo caso ela estivesse trabalhando na época.

Fonte: Site da Revista AzMina (2018)

Por fim, há a recomendação de uma advogada sobre os procedimentos necessários para os casos de inseminação caseira, que vão assegurar os

direitos e deveres de todas as pessoas envolvidas no processo de fertilização, evitando problemas futuros. Observamos novamente a presença de uma fonte feminina.

Posteriormente, a reportagem explica como funciona a licença-maternidade para casais homoafetivos. Duas especialistas – mais uma vez mulheres – falam sobre os problemas enfrentados na hora de garantir o direito à licença. A fala de uma delas mostra como a legislação, nesse sentido, contribui para o sexismo e reforça a necessidade de revisão do modelo existente de licença compartilhada.

Na parte final da reportagem, a autora decide falar sobre alguns mitos da maternidade lésbica. Para isso, ela recorre a uma psicóloga, que explica por que cada um desses itens é um mito: a ideia de que a criança sentirá falta de um pai; o conceito de que mães lésbicas vão criar filhos que se tornem gays; e por fim o pensamento de que casais homoafetivos terão crianças com problemas psicológicos. Nesse sentido, o discurso é construído para refutar todos esses mitos e mostrar ao leitor que, com base na ciência, não há fundamento para nenhuma dessas ideias.

No último parágrafo, a autora se coloca na reportagem mais uma vez, da mesma forma como já tínhamos visto anteriormente.

Figura 15: Trecho da reportagem Maternidade Lésbica da Revista AzMina
E assim, entre mitos descabidos, filas de adoção, parcerias online e apelos às novas tecnologias, a gente vai mostrando como é e sendo como pode, na luta para despir essa invisibilidade que insiste em cobrir os nossos quereres. Nós existimos, resistimos e também maternamos.

Fonte: Site da Revista AzMina (2018)

Aqui, ela constrói um discurso de luta, mostrando que apesar dos empecilhos, julgamentos e preconceitos, mulheres lésbicas seguirão lutando pelo seu direito à maternidade. Ela reforça a importância de falar sobre o assunto e não invisibilizar mulheres lésbicas, pois é só através de espaço para a fala desse público que poderemos – nós, sociedade – tomar conhecimento de suas necessidades, de seus relatos e de suas vozes.

5.3.2 Maternidade lésbica no El País

A reportagem do El País foi escrita por Marina Rossi e publicada em 05 de agosto de 2017. Como já citamos anteriormente, ela está alocada na editoria de Maternidade do site e tem como título “Eu doei os óvulos, ela engravidou, nós duas amamentamos”. Como linha de apoio, “Julia e Mariana formam um casal que realizou inseminação artificial e agora vive a experiência da maternidade a duas”.

A matéria é aberta com uma grande imagem das duas mães amamentando o casal de filhos gêmeos, fruto da reprodução assistida. Depois, no primeiro parágrafo, o leitor é transportado para o apartamento das personagens, onde elas e seus filhos são apresentados. O discurso nos faz criar uma empatia imediata e nos tornamos capazes de visualizar as cenas de forma bastante clara em nossas mentes.

Figura 16: Trecho da reportagem Maternidade Lésbica no El País

Quando recebeu a reportagem de EL PAÍS em seu apartamento em São Paulo, a jornalista Julia Gutnik, 33, tinha acabado de amamentar Gabriel, o filho recém-nascido, de quase dois meses. Segurando o bebê nos braços, abriu a porta com a outra mão. Logo em seguida, chegou sua companheira, a publicitária Mariana Quintanilha, 35, com Stella, irmã gêmea de Gabriel, nos braços. “[Ela terminou de mamar agora mesmo](#)”, disse a mãe, orgulhosa. Os bebês nasceram do ventre de Julia, mas ambas as mães são capazes de amamentá-los.

Fonte: Site do El País (2017)

As frases “segurando o bebê nos braços, abriu a porta com outra mão” e “disse a mãe, orgulhosa” nos remetem aos trejeitos maternos de cuidado, afeto, amor e carinho. Isso automaticamente nos leva a tecer um vínculo com as personagens da reportagem. No parágrafo seguinte, a autora nos conta um pouco mais da história do casal, há quanto tempo estão juntas, como se conheceram e de que forma decidiram ser mães. Aqui há um relato interessante, pois a personagem Julia conta que não pensava em ter filhos e acreditava que ter duas mães faria com que a cabeça das crianças ficasse bagunçada. A

escolha da autora em trazer isso para o texto mostra ao público que mesmo dentro da lesbianidade, há margem para que alguns dos mitos sobre a maternidade lésbica perdurem. Um reflexo do senso comum que tende a acometer todos nós.

Elas também relatam o preconceito de o medo de não serem aceitas pela família quando começaram a se relacionar. Novamente o discurso mostra como esse receio acompanha as mulheres lésbicas em todos os círculos sociais, incluindo os mais íntimos. E a decisão de enfrentar a maternidade se deu depois de uma conversa com um amigo, que fez com que Julia mudasse a forma de encarar a criação de crianças por casais homoafetivos.

No parágrafo seguinte, elas relatam como foi a decisão de fazer a reprodução assistida. Primeiro pediram que um amigo doasse seu sêmen, o que não aconteceu. Elas então procuraram uma clínica e optaram pelo banco de sêmen americano, pelos mesmos motivos que levaram as personagens da reportagem anterior a fazer a mesma escolha: o maior número de detalhes dos doadores. Nesse momento, elas relatam a estranheza do processo.

Figura 17: Trecho da reportagem Maternidade Lésbica no El País

“Mas era estranho escolher coisas como cor dos olhos e do cabelo”, conta Mariana. “Parecia que se tratava de um produto”, emenda Julia.

Fonte: Site do El País (2017)

A construção desse discurso faz com que o leitor compreenda que não se trata de um processo fácil ou corriqueiro e que tal escolha se refletirá na criança que será gerada a partir da fertilização. Essa fala humaniza a escolha do sêmen, nos fazendo entender a dificuldade e as indecisões desse momento.

No parágrafo seguinte, elas relatam as etapas da inseminação. Aqui não há tanto detalhamento quanto havia na reportagem da Revista AzMina, as fases são apenas mencionadas. A autora traz a informação do custo do processo, como também vimos na primeira matéria analisada. As personagens também falam sobre os pensamentos que tiveram diante das tentativas de fertilização que foram frustradas.

Figura 18: Trecho da reportagem Maternidade Lésbica no El País

Demorou um ano para que Julia conseguisse engravidar. “Durante aquele tempo, eu me perguntava se a ciência estava tentando nos dizer que aquilo não era natural e por isso não estávamos conseguindo”, lembra Julia.

Fonte: Site do El País (2017)

Mais uma vez a autora traz o relato das personagens para humanizá-las, para mostrar que os processos também foram difíceis, que houve momentos em que elas pensaram que não iriam conseguir ter o filho que tanto sonhavam.

Mais adiante, elas falam da emoção de receber a notícia da gravidez e do desejo de que ambas pudessem amamentar as crianças, afinal Julia daria à luz a gêmeos. Mariana então relata como foi a procura por informações sobre tratamento para a indução da lactação. Assim como antes houve uma breve menção às etapas da fertilização assistida, aqui novamente encontramos breves comentários sobre os processos que podem ajudar mulheres a amamentar, não há muitos detalhes.

Figura 19: Trecho da reportagem Maternidade Lésbica no El País

“O dia em que estávamos no banco de leite e começou a sair leite de verdade de mim, nós duas demos as mãos e começamos a chorar. Foi muito emocionante”, conta Mariana.

Fonte: Site do El País (2017)

Neste trecho, notamos mais uma vez uma fala que faz o leitor se conectar com as personagens. Depois do processo que, ao que parece, é trabalhoso e intenso, Mariana foi capaz de gerar leite para alimentar seus filhos junto da companheira. O ato da “dar as mãos e começar a chorar” também demonstra a emoção daquele momento para o casal e permite que imaginemos a cena.

A seguir, elas contam sobre algumas dificuldades do tratamento para a lactação, os efeitos colaterais como aumento de peso e mudanças de humor. E, assim como na reportagem anterior, elas contam sobre os trâmites legais para registrar os filhos e obter licença-maternidade para ambas. O casal também relata as situações passadas no hospital, como o fato de que o banco de leite não queria aceitar, em um primeiro momento, que as duas mães fornecessem leite para os bebês – que estavam na UTI neonatal pelo fato de terem nascidos prematuros.

O leitor é levado a voltar seu olhar para os problemas no sistema que fazem com que essas mulheres passem por situações a que casais heterossexuais não seriam submetidos. Se a sociedade está despreparada para lidar com isso, os hospitais e equipes médicas são um reflexo. Há também uma fala de Mariana sobre o processo de obtenção da licença-maternidade que corrobora isso.

Figura 20: Trecho da reportagem Maternidade Lésbica no El País

“Eu tenho o privilégio de trabalhar em um lugar legal, mas fui atrás de uma advogada para pedir a licença maternidade via INSS porque temos que forçar o sistema a entender que a gente existe”.

Fonte: Site do El País (2017)

Através dessa fala, tomamos consciência que a licença-maternidade para as duas mães também toma a proporção de luta por direitos. Para elas, vai além de poder estar em casa e auxiliar no cuidado das crianças, mas é um modo de dizer que essas pessoas e essas relações existem, e merecem ser contempladas por leis que assegurem esse período às mulheres.

No último parágrafo, elas relatam a importância da companhia uma da outra nesse período de adaptação, mostrando que a experiência de ter auxílio é extremamente importante e positiva. Por fim, as personagens falam que têm o desejo de ter mais filhos, dessa vez fazendo o caminho inverso: Mariana engravidando com os óvulos de Julia.

O tom de naturalidade e o bom humor – trazido pelas falas das personagens em determinados momentos – predomina no discurso dessa reportagem. É uma matéria menor e que traz menos personagens em relação ao texto anteriormente analisado, fato que pode facilitar a compreensão do leitor e aumenta a probabilidade de que ele leia até o final.

5.3.2 Maternidade lésbica no Estadão

A reportagem do Estadão foi escrita por Claudia Pereira e publicada em 30 de maio de 2016. Como já citamos anteriormente, ela está alocada na editoria de Adoção do site e tem como título “Para aumentar a família, casal homoafetivo

opta por gravidez e adoção”. Como linha de apoio, “À espera de Teo, Raphaela e Fernanda contam como enfrentam e superam os preconceitos”.

Logo no primeiro parágrafo, somos apresentados à primeira personagem da reportagem, Raphaela. Ela conta como foi o processo de descobrir-se lésbica e como seus pais ficaram sabendo que a filha gostava de mulheres. Dentro de seu relato inicial, ela conta sobre a aceitação familiar de sua orientação sexual.

Figura 21: Trecho da reportagem Maternidade Lésbica do Estadão
“Lembro que foi bem difícil para meus pais ouvirem que eu era lésbica. Nunca me rejeitaram, mas sinto que, até hoje, é difícil para eles aceitarem. Porém, sempre me apoiaram e me deram suporte para eu fazer tudo o que queria”, comenta.

Fonte: Site do Estadão (2016)

Esse trecho mostra ao leitor, assim como já notamos na primeira reportagem analisada, que nem sempre os círculos familiares e os amigos mais próximos aceitam bem a sexualidade das mulheres. Também faz com que criemos empatia com a personagem, pois é evidente que a aceitação e o apoio da família são muito importantes. Assim, já começamos a estabelecer um vínculo logo no início.

O relato segue no parágrafo seguinte, demonstrando que não havia conflito, mas a família da personagem parecia fingir que nada de “diferente” acontecia com a filha. O que não foi mais possível quando Raphaela conheceu a atual companheira, Fernanda. Ela conta que quando decidiram se casar, convidou os pais, mas eles não compareceram à cerimônia.

Figura 22: Trecho da reportagem Maternidade Lésbica do Estadão
“Eles sempre se preocuparam com o que as outras pessoas pensariam”. Na opinião de Raphaela, este é um conflito que sempre existe dentro das famílias, mas ela, já na adolescência, conseguiu de alguma forma romper com essa busca pela aprovação alheia. “Já faz alguns anos que superei a expectativa de querer aprovação. De qualquer forma, nunca tive problemas em me assumir”.

Fonte: Site do Estadão (2016)

Nesse trecho, o leitor é conduzido a uma reflexão, pois o fato de os pais de Raphaela não terem ido ao seu casamento mostra que o ressentimento ainda existe. Essa não aceitação da orientação sexual da filha comprometeu o relacionamento familiar da personagem com seus pais, fazendo com que ela

tivesse que trabalhar psicologicamente para não buscar a aprovação de sua mãe e de seu pai, pois a frustração seria o único resultado.

Logo depois vemos uma imagem de Raphaela e Fernanda no dia de seu casamento, em uma foto que as mostra da cintura para baixo segurando buquês de flores. No parágrafo seguinte somos apresentados oficialmente à Fernanda. Ela conta ao leitor sua trajetória de descobrimento que, assim como a de sua companheira, foi a de não encontrar aceitação na família.

Figura 23: Trecho da reportagem Maternidade Lésbica do Estadão

Ela cresceu em uma cidade do interior de São Paulo e lembra que este foi um momento muito difícil, que procurou pelo apoio de alguém, mas este apoio não veio de lado algum.

Fonte: Site do Estadão (2016)

Podemos perceber, a partir desse discurso da autora, que a dor de não encontrar apoio nem da família e nem de pessoas mais próximas foi muito prejudicial para Fernanda. Tendo crescido em uma cidade pequena e, muito provavelmente, conservadora nos costumes, foi ainda mais doloroso para ela. Novamente percebemos que o discurso nos leva a criar um laço de empatia com a personagem.

No parágrafo seguinte, ela conta que decidiu se relacionar com um homem por pressão da família. O relacionamento durou cinco anos e terminou em um casamento de quatro meses.

Figura 24: Trecho da reportagem Maternidade Lésbica do Estadão

Foram cinco anos em que se viu aprisionada em uma vida guiada por outras pessoas, menos por ela.

Fonte: Site do Estadão (2016)

O modo como essa frase foi construída pela autora nos mostra como o período desse relacionamento heterossexual foi angustiante para a personagem. O leitor é capaz de criar mais laços empáticos com Fernanda a partir desse discurso. E para acabar com esse ciclo de aprisionamento familiar, ela conta que precisou romper seu relacionamento com os familiares e se mudar para outro lugar.

A seguir, a autora nos conta como Raphaela e Fernanda se conheceram, no prédio em que trabalhavam.

Nos parágrafos seguintes, o discurso é construído para nos mostrar de quais formas as personagens já sofreram intolerância. A autora escreve que ambas são atuantes de movimentos sociais pelos direitos lésbicos e já vivenciaram agressões e preconceito no mercado de trabalho, que vão desde perguntas indiscretas nas seleções até gestos e olhares de colegas.

Figura 25: Trecho da reportagem Maternidade Lésbica do Estadão
As agressões vão desde pessoas apontarem para as duas na rua por estarem com as mãos dadas ou fazerem comentários indignados por serem um casal, até terem sido abordadas por um homem que, do flerte, passou para a agressividade diante ao enfrentamento das duas.

Fonte: Site do Estadão (2016)

O trecho acima mostra as situações de preconceito e agressão que as personagens já passaram. O discurso constrói no leitor a noção da realidade que vivem as mulheres lésbicas, de que o simples ato de ir e vir pode acabar em violência. É mais uma forma de criarmos laços de empatia com as personagens.

A seguir, Raphaela e Fernanda compartilham com o público um pouco de sua opinião sobre as políticas públicas para homossexuais.

Figura 26: Trecho da reportagem Maternidade Lésbica do Estadão
Para Rapha e Nanda, a intolerância vem aliada a uma série de fatores, sendo um deles a não inserção de temas que envolvam gêneros nos planos de educação e que poderiam auxiliar as pessoas a lidar com a diversidade. Mesmo com alguns processos legislativos em andamento, as duas não encontram muita linearidade nas políticas públicas para homoafetivos. “É preciso estimular pessoas que não estão inseridas nos movimentos a ingressarem neste diálogo”, diz Raphaela.

Fonte: Site do Estadão (2016)

A autora constrói um discurso que se apoia nas falas e vivências das personagens para reforçar a necessidade de repensar a educação para formar pessoas mais tolerantes com a diversidade. Na opinião do casal, as pessoas de modo geral, bem como os legisladores, deveriam ingressar nas discussões das minorias para que pudessem fazer leis mais efetivas.

A seguir, as personagens falam sobre maternidade. A autora conta que desde que começaram a se relacionar, Raphaela e Fernanda desejavam ter filhos. As duas deram entrada no processo de adoção e, ao mesmo tempo, decidiram iniciar a fertilização assistida. Foram cinco tentativas até que Fernanda engravidasse e no dia seguinte ao resultado positivo, elas participaram da

primeira etapa da adoção. O casal conta que o objetivo é ter dois filhos e, portanto, elas decidiram seguir com os trâmites para adotar uma criança.

Figura 27: Trecho da reportagem Maternidade Lésbica do Estadão
“Neste caso, a lei é igual para casais heterossexuais e homoafetivos, não tivemos nenhum problema e sentimos que o andamento é igual”, explica Nanda. Segundo elas, por estarem grávidas o processo de adoção ficará suspenso por dois anos. Depois desse período, se desejarem, poderão retomar do ponto em que pararam.

Fonte: Site do Estadão (2016)

Aqui o discurso construído mostra que o casal não notou preconceitos no processo de adoção e dá a informação de que a adoção fica suspensa por dois anos. É uma questão que talvez merecesse um aprofundamento maior, pois não fica claro para o leitor se essa suspensão é por desejo das personagens ou por determinação do judiciário.

Por fim, no último parágrafo, a autora conta que os pais de Raphaela decidiram participar o chá de bebê do primeiro filho do casal, e a mãe de Fernanda passou a aceitar o relacionamento da filha com outra mulher, inclusive apoiando e participando ativamente da vida dela. Esse discurso conduz o leitor a uma espécie de “final feliz”, em que as famílias, anteriormente separadas e abaladas pelas orientações sexuais das filhas, finalmente restabelecessem o vínculo.

A reportagem se encerra com uma foto de Raphaela e Fernanda à espera do filho Téo. Novamente a imagem corta uma parte da feição das mulheres, impedindo a completa identificação das personagens.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta análise nos permitiu uma série de conclusões acerca das abordagens sobre maternidade lésbica na mídia brasileira. A primeira que nos cabe salientar é o fato de que não encontramos nenhum tipo de reportagem aprofundada nos sites de outras revistas femininas. O intuito inicial era o de comparar matérias de revistas e não foi possível seguir adiante com essa ideia. Nosso critério de escolha era encontrar reportagens que trouxessem personagens, trajetórias e que tivessem um certo nível de aprofundamento. Ao realizar a pesquisa nos sites de Marie Claire, Cláudia e TPM, não encontramos nenhuma matéria que fosse útil para a nossa análise. Esse foi um fato que nos deixou bastante consternados e mostrou que ainda não há espaço para maternidade lésbica nas revistas femininas tradicionais.

Partimos então para outros veículos, pois o objetivo desta pesquisa era fazer uma comparação entre os discursos encontrados na mídia alternativa, aqui representada pela Revista AzMina, e a mídia tradicional. Encontramos duas reportagens aptas para a análise, de acordo com o nosso critério, no Estadão e no El País. Depois de compará-las, chegamos em algumas considerações finais, com base no discurso de cada uma delas.

Na Revista AzMina, percebemos que não há uma romantização da maternidade. Em diversos momentos, encontramos falas das personagens que demonstram não ser uma tarefa fácil e bonita ter filhos. Isso demonstra uma quebra de padrão, pois quando se trata de mães e filhos, é muito comum encontrar matérias que falem somente do lado positivo e pouco sobre as dificuldades da maternidade. Consideramos isso um ponto muito relevante trazido pela reportagem.

Também achamos importante pontuar que foram poucas as fontes masculinas trazidas na matéria da Revista AzMina. Existe a fala de um homem, que é um doador de sêmen, e de um especialista em reprodução assistida. De modo geral, as outras fontes são advogadas, psicólogas e médicas, todas mulheres. É claro que, para alguns assuntos, nem sempre é possível obter a fala de uma profissional feminina, mas é coerente dar voz e preferência para fontes que sejam mulheres.

Nos chamou a atenção o fato de que a reportagem da Revista AzMina trazia uma quantidade relevante de dados técnicos. Por exemplo, havia uma explicação detalhada sobre as etapas da fertilização assistida, das fases do processo de adoção, as probabilidades de engravidar através da inseminação de acordo com a idade. Esses trechos de informações técnicas são costurados com as histórias das personagens, para dar sentido aos números e estatísticas que aparecem. Embora em alguns momentos possamos questionar a relevância desses dados para o conjunto da reportagem, entendemos que o intuito do discurso, desde o início, era o de trazer o maior número de informações sobre cada uma das possibilidades de maternidade para as mulheres lésbicas.

Muito provavelmente por ser a maior das três matérias analisadas, a Revista AzMina era a que se aprofundava mais nos métodos de reprodução e nas etapas de adoção. Mas é nas reportagens do El País e do Estadão que nos foram dados mais detalhes sobre as personagens. Em ambas as análises, notamos que o discurso dava um maior protagonismo para a trajetória dos casais. A história da maternidade se costurava de forma mais concreta a partir das vivências e dos encontros dessas mulheres.

O tema da violência, do preconceito e da intolerância foi trazido mais fortemente pela matéria do Estadão. Embora nas outras duas reportagens houvessem menções a situações desse tipo, no Estadão elas ganharam um destaque maior. O discurso foi construído para deixar o leitor incomodado com a discriminação que casais lésbicos sofrem e para criar uma empatia maior com as personagens. É uma fala que nos faz perceber que nenhum casal heterossexual passaria por circunstâncias como essas.

Como as reportagens falavam sobre maternidade lésbica, nos chamou a atenção o fato de que é na matéria do Estadão que o assunto apareceu mais tardiamente. É realmente nos últimos parágrafos que a autora mostra o casal se preparando para ter seu primeiro filho. E se na Revista AzMina havia o detalhamento de preços e etapas dos processos de fertilização e no El País houve a menção dos valores investidos e das fases da inseminação, no Estadão não encontramos nenhuma dessas informações.

A construção do discurso se deu, em todas as reportagens, com tom de naturalidade e empatia. Foi possível notar que as autoras estavam preocupadas em escrever um texto que fosse capaz de incutir no leitor o sentimento de que

os casais das reportagens têm o direito de ter filhos e de ser livres para constituir suas famílias como bem desejarem. Nesse ponto as três matérias analisadas convergem perfeitamente.

Diante das três matérias analisadas, foi possível concluir que a mídia alternativa tem uma abordagem mais aprofundada sobre maternidade lésbica. O tamanho da reportagem, a quantidade de informações, a preocupação em mostrar que existem diversas possibilidades para ter filhos, de acordo com a situação financeira, o relacionamento estabelecido e os objetivos do casal. Notamos que embora seja possível encontrar espaço para pautas como essa na mídia tradicional, ela não concede um espaço tão relevante. As matérias do Estadão e do El País ocupavam um local secundário em seus respectivos sites. Enquanto na Revista AzMina a reportagem se encontrava na seção especial, nos outros dois veículos elas estavam em editoriais menos importantes.

Para a autora, fica evidente que ainda há um espaço a ser galgado para temas como a maternidade lésbica na mídia tradicional. Embora veículos alternativos como a Revista AzMina estejam crescendo, é através de jornais e revistas mais tradicionais que boa parte do público entra em contato com questões que, em geral, não fazem parte da sua rotina. Como falamos anteriormente, a visibilidade lésbica é muito importante para acabar com o estigma e o preconceito. Por isso é imprescindível que encontremos mais reportagens sobre assunto nos grandes jornais e nas principais revistas femininas brasileiras.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, C. **A regra do jogo**. São Paulo, Companhia das Letras, 1988.
- ADELMAN, Míriam. Paradoxos da identidade: a política de orientação sexual no século XX. **Revista de Sociologia e Política**, [S.l.], n. 14, jun. 2000. ISSN 1678-9873. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/3564>. Acesso em: 10 nov. 2019.
- ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. **O que é feminismo?** 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991. (Coleção Primeiros Passos).
- ARAÚJO, Clara. Potencialidades e limites da política de cotas no Brasil. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 1, p. 231, jan. 2001. ISSN 1806-9584. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2001000100014/8912>. Acesso em: 05 out. 2019.
- ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. **A utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 70**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2000.
- ATTON, Chris; HAMILTON, James F. **Alternative Journalism**. Londres: SAGE Publications Ltda, 2008.
- BARBEIRO, H; RANGEL, P. **Manual do Jornalismo Esportivo**. São Paulo: Contexto, 2006.
- BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**. 2.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009. 2v. *E-book*.
- BELTRÃO, Luiz. **A imprensa informativa**, São Paulo, Folco Masucci, 1969.
- BELTRÃO, Luiz. **Jornalismo Opinativo**. Porto Alegre, Sulina, 1980.
- BERGER, C. HEUSER, V. Imprensa Feminista. *In: Dicionário crítico de gênero*. Colling, A. M. Tedeschi, L.A. Dourados: UFGD, 2015.
- BUENO, Wilson da Costa. Jornalismo especializado: resgatando conceitos e práticas. *In: Jornalismo especializado no Brasil: teoria, prática e ensino*. Orgs. Marli dos Santos, Wilson da Costa Bueno. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2015.
- BUITONI, Dulcília Helena S. **Imprensa Feminina**. São Paulo: Ática, 1990.
- BUITONI, Dulcília Helena S. **Mulher de papel: a representação da mulher pela imprensa feminina brasileira**. São Paulo: Summus, 2009.
- BUITONI, Dulcília Schroeder. Revistas Femininas: Ainda somos as mesmas, como nossas mães. **Communicare**, São Paulo, v. 14, p. 36-44, 2014. Disponível em: <https://casperlibero.edu.br/wp->

content/uploads/2015/08/Revistas-femininas-ainda-somos-as-mesmas-como-nossas-m%C3%A3es.pdf. Acesso em: 22 set. 2019.

BUTLER, J. Corpos que pensam: sobre os limites discursivos do sexo. *In*: Louro, G.L. (Ed) **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 3.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p. 151-172.

CALÁS, M. B.; SMIRCICH, L. Do ponto de vista da mulher: abordagens em estudos organizacionais. *In*: CLEGG, S. R.; HARDY, C. **Handbook de estudos organizacionais**. São Paulo: Atlas, 1999. p. 276-281.

CARDOSO, Elizabeth. Imprensa feminista brasileira pós-1974. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, p. 37-52, , 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2004000300004/9445>. Acesso em: 21 set. 2019.

CARVALHO, Guilherme. **Jornalismo Alternativo na era digital: reportagens da Agência Pública**. Alterjor (ECA-USP). São Paulo. Ano 02 – Volume 02 Edição 10. 2014.

CAVALCANTI, E. “**A Queima dos Sutiãs**”- a fogueira que não aconteceu. Disponível em: <http://anos60.wordpress.com/2008/04/07/aqueima-dos-sutias-a-fogueira-que-nao-aconteceu>. Acesso em: 02 nov. 2019.

CHINEM, Rivaldo. **Imprensa alternativa: jornalismo de oposição e inovação**. São Paulo: Ática, 1995.

COLLIN, Françoise. Textualidade da Liberação Liberdade do Texto. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, p. 142, jan. 1994. ISSN 1806-9584. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16100/14644>. Acesso em: 05 out. 2019.

COLLING, Ana. A construção histórica do feminino e do masculino. *In*: STREY, Marlene Neves et al. **Gênero e cultura: Questões contemporâneas**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004. p. 39-52. (Coleção Gênero e contemporaneidade).

BERGER, C. HEUSER, V. Imprensa Feminista *In*: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Lisandro Antônio. (Org.). **Dicionário Crítico de Gênero**. Dourados: UFGD, 2015.

CHARAUDEAU, Patrick. **Linguagem e discurso: modos de organização**. São Paulo: Contexto, 2008.

COMISSAO MUNDIAL PARA ASSUNTOS DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO – CMMAD – Nosso Futuro Comum, Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1988.

DINES, A. **O papel do jornal: uma releitura**. 4 ed. São Paulo: Summus, 1986.

Duarte C. L. Imprensa feminina e feminista no Brasil. **Revista XIX**, v.1, n.4, p. 95-105, 2017.

FALQUET, Jules. **De la cama a la calle: perspectivas teóricas lésbico-feministas**. Bogotá: Brecha Lésbica, 2006.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Gênero e políticas públicas. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.12, n.1, p. 47, jan. 2004. ISSN 1806-9584. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2004000100004>. Acesso em: 27 out. 2019.

FARO, J.S. Nem Tudo que reluz é ouro: contribuição para uma reflexão teórica sobre o jornalismo cultural. **Comunicação & Sociedade**, v.28, n.46, p. 143-163, 2006.

FIGUEIRA, Márcia Luiza Machado. **Representações de corpo adolescente feminino na revista Capricho: saúde, beleza e moda**. 2002. 173 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2002.

FILHO, Ciro Marcondes. **O capital da notícia: Jornalismo como produção social de segunda natureza**. São Paulo: Editora Ática, 1986.

FOLCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1996.

FREIRE, Marcelo. Do armazém à Amazon: uma proposta de tipologia das revistas digitais através dos gêneros jornalísticos. *In*: NATANSOHN, Graciela (Org.). **Jornalismo de revista em redes sociais**. Salvador: EDUFBA, 2013. p. 29-58.

G1/GLOBO. **Uso da internet no Brasil cresce, e 70% da população está conectada**. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/tecnologia/noticia/2019/08/28/uso-da-internet-no-brasil-cresce-e-70percent-da-populacao-esta-conectada.ghtml>. Acesso em: 13 nov. 2019.

GIDDENS, A. **A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas**. São Paulo, editora da UNESP, 1993.

GIRARDI, Ilza *et al.* Caminhos e descaminhos do jornalismo ambiental. **Comunicação & Sociedade**, v. 34, n.1, p. 132-152. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2012. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/CSO/article/view/2972>. Acesso em: 10 ago. 2019.

GOLDMAN, Wendy. **Mulher, Estado e Revolução**. São Paulo: Boitempo, 2015.

GRINBERG, Máximo Simpson. **A Comunicação Alternativa na América Latina**. Petrópolis: Vozes, 1987.

hooks, bell. **O feminismo é para todo mundo**. 1.ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

KAMITA, Rosana Cássia. Revista "A MENSAGEIRA": alvorecer de uma nova era?. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, p. 164, 2004. ISSN 1806-9584. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/10268>. Acesso em: 27 out. 2019.

LAGE, N. Conceitos de jornalismo e papéis sociais atribuídos aos jornalistas. **Pauta Geral: Estudos em Jornalismo**, Ponta Grossa, v.1, n.1, 2014. p.23-28.

LAGO, Cláudia. BENETTI, Marcia. **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Porto Alegre: Vozes, 2010.

LANER, Vinícius Ferreira. **A Lei de Imprensa no Brasil**. Terezina, Jus Navigandi, n.18, 2000.

LAQUER, T. **Making sex: body and gender from teh Greeks to Freud**. Cambridge: Harvard University, 1990.

LIMA, Joelma V. "Jornal das Senhoras": As mulheres e a urbanização na corte. **Cadernos CERU**. V.21, n.2, 2012. Disponível em <http://www.revistas.usp.br/ceru/article/view/11926/13703>. Acesso em: 10 nov. 2019.

LIPOVETSKY, Gilles. **A terceira mulher: permanência e revolução do feminino**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LOURO, G. L. Heteronormatividade e homofobia. **Trabalho apresentado no I Simpósio Paraná-São Paulo de sexualidade e educação sexual**. São Paulo: Araraquara, 2005.

MARQUES, Randáu. **O bom jornalismo é um instrumento de mudanças sociais**. Revista Ecos, Porto Alegre, n.1, 1994. p. 7-11.

MÁRQUEZ, GABRIEL GARCIA. **Notícia de um Sequestro**. Rio de Janeiro: Record, 1997.

MARTINEZ, Monica. Jornalismo literário: um gênero em expansão. **Intercom - Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, v.32, n.2, 2009. p. 199-215.

MATOS, Marlise. **A quarta onda feminista e o campo crítico-emancipatório das diferenças no Brasil: entre a destradicionalização social e o neoconservadorismo político**. 38º Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu, 2014.

MATOS, Marlise. O movimento e a teoria feminista em sua nova onda: entre encontros e confrontos, seria possível reconstruir a teoria feminista a partir do sul global? **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, v.18, n.36, 2010. p. 67-92.

MELO, José Marques de. **História social da imprensa: fatores sociais que retardaram a implantação da imprensa no Brasil**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 3.ed. Campinas: Pontes, 2001.

PEREIRA, Cláudia. Para aumentar a família, casal homoafetivo opta por gravidez e adoção. **Jornal Estadão**. São Paulo, 30 mai. 2017. Disponível em: <https://emails.estadao.com.br/blogs/familia-plural/para-aumentar-a-familia-casal-homoafetivo-opta-por-gravidez-e-adocao/>. Acesso em: 16 nov. 2019.

PEREIRA Júnior, Alfredo Eurico Vizeu. **Decidindo o que é notícia: os bastidores do telejornalismo**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

PINTO, Céli R. J. **O feminismo no Brasil: suas múltiplas faces**. Fundação Perseu Abramo (Coleção Histórias do Povo Brasileiro). São Paulo, 2003.

PRADO, M.A., MACHADO, F.V. **Preconceito contra homossexuais: a hierarquia da invisibilidade**. São Paulo: Cortez, 2008.

PREHN, Denise R. Divisão sexual do trabalho: isso é coisa de mulher?. *In*: ROSO, Adriane et al. **Gênero por escrito: saúde, identidade e trabalho**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999. p. 57-72.

RODRIGUES, Edgar. **Pequena história da Imprensa Social no Brasil**. Florianópolis, Editora Insular, 1997.

RODRIGUES, Tamy. Maternidade lésbica. **Revista AzMina**. Rio de Janeiro, 13 mai. 2018. Disponível em: <https://azmina.com.br/especiais/maternidade-lesbica/>. Acesso em: 16 nov. 2019

ROSSI, Marina. “Eu doei os óvulos, ela engravidou, nós duas amamentamos”. **Jornal El País**. 05 ago. 2017. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/08/03/politica/1501791214_869482.html. Acesso em: 16 nov. 2019.

SARMET, Érica. Feminismo lésbico. *In*. HOLLANDA, Heloísa Buarque de. **Explosão feminista: arte, cultura, política e universidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. *E-book*.

SAVELLI, Ivette Maria. As cartas de Iracema. **Manuscrita**: Revista de Crítica Genética, São Paulo, n. 11, p. 267-269, jun. 2003. Disponível em: <http://www.revistas.fflch.usp.br/manuscrita/issue/view/88/showToc>. Acesso em: 13 out. 2019.

SEIXAS, Lia. **Redefinindo os gêneros jornalísticos: Proposta de novos critérios de classificação**. Covilhã: LabCom Books, 2009. Disponível em: http://www.labcom-ifp.ubi.pt/ficheiros/20110818-seixas_classificacao_2009.pdf. Acesso em: 02 nov. 2019.

SILVA, Francisco de Assis. **História do Brasil**. São Paulo: Moderna, 1992.

SILVA, M. O. **Imagem e verdade: jornalismo, linguagem e realidade**. São Paulo: Ed. Annablume, 2006.

SOARES, Vera. Movimento Feminista Paradigmas e desafios. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, p. 11, jan. 1994. ISSN 1806-9584. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16089>. Acesso em: 16 nov. 2019. doi: <https://doi.org/10.1590/%x>. Acesso em: 02 nov. 2019.

SOUZA SILVA, Rafael. **O zapping jornalístico: da sedução visual ao mito da velocidade**. Tese (Doutorado em Comunicação e Semiótica). São Paulo: PUC-SP, 1996.

SWAIN, T.N. Lesbianismos, cartografia de uma interrogação. In Ribeiro, P.R.C., Silva, M.R.S da, Souza, N.G.S de. et al. (Orgs) **Corpo, gênero e sexualidade: discutindo práticas educativas**. Rio Grande: FURG, 2007. p. 9-17.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

TIBURI, Marcia. **Feminismo em comum: para todas, todes e todos**. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, 2018.

TOSCANO, Moema; GOLDENBERG, Mirian. **A revolução das mulheres: um balanço do feminismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Revan, 1992.

TUBINO, M. J. G.; TUBINO, F. M. e GARRIDO, F. A. C. G. **Dicionário Enciclopédico Tubino do Esporte**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Senac, 2007.

UNDERWOOD, Doug. No Strangers to Fiction: The Journalistic Novel as "New" Variation upon an "Old" Literary Tradition: In: **THE ANNUAL MEETING OF THE INTERNATIONAL COMMUNICATION ASSOCIATION**, 2007. Disponível em: <http://citation.allacademic.com/meta/p169937_index.html>. Acesso em: 27 ago. 2019.

WITTIG, Monique. **El pensamiento heterosexual**. Trad. Javier Sáez e Paco Vidarte. Madri: Egales, 2005.



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Graduação
Av. Ipiranga, 6681 - Prédio 1 - 3º. andar
Porto Alegre - RS - Brasil
Fone: (51) 3320-3500 - Fax: (51) 3339-1564
E-mail: prograd@pucrs.br
Site: www.pucrs.br